

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR)	
1 — <i>Decreto de Fundação</i>	257
2 — <i>Decreto de nomeação da Diretoria</i>	258
3 — <i>Estatutos da CLAR</i>	259
Situação atual do Ensino de Religião no Brasil	
<i>Dom Helder Câmara, Arceb. Auxiliar</i>	263
A união dos Religiosos entre si, com a Santa Sé e a Sagrada Hierarquia	
<i>Dom Martin Michler OSB</i>	269
Educação: Duas correntes em choque	
<i>Pe. Irineu Leopoldino de Sousa SDB</i>	277
A Bondade	
<i>Pe. Paulo Moreira da Cruz SDB</i>	293
O problema da conservação de alimentos	
<i>Dr. Pierre Aubry</i>	299
Consultório Jurídico Canônico da CRB	
<i>Obrigatoriedade do Curso de Pastoral (Pe. Arcádio Larraona CMF)</i>	305
<i>Precedência das Religiosas na mesa da Comunhão (Fr. F. Xavier Bockey OFM)</i>	306
Crônica dos Religiosos	
<i>Inauguração do Instituto de Pastoral da CRB (Frei Jamaría de Sortino)</i>	311
<i>Reunião dos Diretores Diocesanos de Ensino Religioso (Ir. João de Deus)</i>	315
<i>Falecimento do Superior Geral dos Padres do S.C.J.</i>	317
<i>Expansão da Obra Salesiana no Brasil</i>	318
<i>Os Irmãos Lassalistas com duas Províncias</i>	318

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil
Diretor Responsável: Pe. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B.

CONFÊRENCIA LATINO-AMERICANA DE RELIGIOSOS

I - DECRETO DE FUNDAÇÃO

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RELIGIOSOS

A Sagrada Congregação dos Religiosos tem cuidado diligentemente a que os homens e mulheres dos países da América Latina, que professam os princípios da sagrada Família de Deus, procurando a perfeição evangélica e adaptando-se sábiamente às necessidades hodiernas, tornem seu modo de vida mais eficiente e assim sejam úteis o mais possível à Igreja e aos fiéis. Para conseguir isso favoreceu grandemente e aprovou com sua autoridade as Conferências ou Uniões entre todos os Superiores Maiores, fundadas nêsse país.

Para que, pois, seja consolidado e com maior incremento ampliado o que já foi realizado, para que os Superiores, com maior conveniência e mais eficazmente possam agir junto às legítimas autoridades em nome dos outros Superiores membros, e principalmente para que os Religiosos, unidos mais estreitamente, em tão numerosas e tão grandes necessidades dos fiéis, possam prestar ao Clero diocesano e às pias associações católicas sua colaboração, a mesma Sagrada Congregação resolveu reunir num só corpo, com o nome de: Conferência Latino-Americana de Religiosos (C. L. A.R.), tôdas as Conferências ou Uniões de Superiores Maiores já fundadas ou a serem fundadas no futuro naquêles Países.

Ouvidos, portanto, os Delegados à Reunião dos Superiores Maiores da América Latina, a Sagrada Congregação, ponderado tudo oportunamente, com o presente Decreto:

- 1 — Aprova a Conferência Latino-Americana de Religiosos (C. L. A.R.), erige-a em pessoa moral colegial, usufruindo de plena capacidade, e a declara ereta desde o dia dêste Decreto;
- 2) — Em virtude do presente Decreto aprova os Estatutos anexos com os quais, salvas as normas do Direito comum, deve ser organizada e se deve reger a Conferência, a título de experiência e para um triênio, findo o qual os mesmos devem ser novamente submetidos à Sagrada Congregação para sua revisão e ulterior confirmação.

Não obstante qualquer coisa em contrário.

Roma, 2 de março de 1959.

Valério Card. Valeri
Prefeito

L. S.
Pe. Arcádio Larraona C. M. F.
Secretário

II - DECRETO DE NOMEAÇÃO DA DIRETORIA PROVISÓRIA

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RELIGIOSOS

A Sagrada Congregação dos Religiosos, para que oportunamente e sem demora possa prover à justa organização e às atividades da Conferência Latino-Americana de Religiosos, até que, à norma dos Estatutos, se possa reunir a Assembléia Geral da mesma Conferência, deliberou constituir e nomear, pro tempore, seu Presidente, Secretário Geral e Conselheiros.

Ouvidos portanto os delegados dos Superiores Maiores da América Latina que estiveram presentes ao congresso romano celebrado em novembro de 1958, tendo ponderado oportunamente, com o presente Decreto constitui e nomeia, ad tempus: o Revmo. Dom Martin Michler O.S.B., Abade Nullius do venerável Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate, do Rio de Janeiro, Presidente,

o Revmo. Pe. Tiago G. Cloin O.S.B., Secretário Geral,

os Revmos. Padres Presidentes de tôdas as Conferências ou Uniões de Superiores Maiores da América Latina, Conselheiros da Conferência Latino-Americana de Religiosos (C.L.A.R.).

O múnus de todos êles será: promover o início, o progresso e a organização de tão grande e tão importante obra; promover a união nas deliberações e nas atividades de cada um dos membros da Conferência e de seus graus ou órgãos; ocorrendo alguma dificuldade ou fatos de maior importância, referir a esta Sagrada Congregação, para que melhor e com mais eficácia se alcance o fim desejado da Conferência agora erigida.

Não obstante quaisquer coisas em contrário.

Roma, 2 de Março de 1959.

Valério Card. Valeri
Prefeito

L. S.

Pe. Arcádio Larraona
Secretário

III - ESTATUTOS DA C. L. A. R.

**SAGRADA CONGREGAÇÃO
DOS RELIGIOSOS****CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE
SUPERIORES MAIORES RELIGIOSOS
(C. L. A. R.)**

A comunhão de sentimentos religiosos e a profunda semelhança dos interesses e necessidades espirituais da América Latina, sentidas pelos países que a integram e reconhecidas pela Santa Sé, deram felizmente origem, depois dos Congressos do Rio de Janeiro, ao CELAM, organismo propulsor da comunidade eclesiástica latino-americana.

A constatação de uma semelhante comunhão e unidade no Setor dos Estados de Perfeição, parte vital da Santa Igreja, nos países latino-americanos, sugeriu à Sagrada Congregação dos Religiosos, pensando fazer coisa grata ao CELAM e útil não só aos Estados de Perfeição mas à Igreja toda, a criação de uma Conferência das diversas Federações da América Latina, com a finalidade certa de se ajudarem entre si em tudo o que têm de comum, e ainda de oferecer ao CELAM, segundo seus desejos e indicações, uma colaboração organizada e completa.

E S T A T U T O S**I — Membros e natureza da CLAR**

Art. 1. — A Confederação das Conferências ou Federações Nacionais dos Estados de Perfeição da América Latina está integrada pelas Federações verticais ou Conferências (Superiores Maiores ou equiparados) e horizontais (Ministérios) que já existem ou que no futuro venham a ser fundadas em todas as Repúblicas e territórios da América Latina.

Art. 2. — O nome da união é **Conferência Latino-Americana de Superiores Maiores Religiosos**, em sigla C. L. A. R.

Art. 3. — Os caracteres fundamentais da União são os seguintes:

a) É uma união permanente com categoria de Pessoa Moral Collegial Canônica à norma do C. I. C.

b) é uma Pessoa Collegial Religiosa de Direito Pontifício dependente da Sagrada Congregação dos Religiosos.

Art. 4. — A CLAR, com as Federações, em sua ação se limita aos interesses e assuntos de caráter geral que tocam a todas as diversas categorias de Religiosos; somente a pedido de seus membros e em vista do bem comum pode prestar serviços, ou interessar-se de questões relativas a Sociedades particulares.

II — Principais atividades e incumbências

Art. 5. — Com relação à vida, desenvolvimento e funcionamento das Federações e Conferências, a CLAR, por meio de seus diversos órgãos:

a) Representa legitimamente nos diversos aspectos (legal, social, cultural) e nos distintos atos (Congressos, Conferências, celebrações) as Federações e Conferências Unidas.

b) Promove e auxilia o estabelecimento das Federações verticais e horizontais nos países em que não existem ou não sejam completas.

c) Oferece às Federações ou Conferências que o solicitem a cooperação oportuna para seu perfeito funcionamento e desenvolvimento.

d) Recolhe e elabora as informações úteis relativas às finalidades de CLAR e as transmite às Federações.

e) Assegura o funcionamento estável com a preparação diligente das diversas reuniões, comissões, assembléias, a comunicação do que fica estabelecido e a execução dos acordos.

f) Promove iniciativas em ordem à consecução de seus fins, de elevação, expansão, defesa da vida e do apostolado dos Estados de Perfeição com Congressos de maior ou menor amplitude, cursos, instituições, representações convenientes e celebrações ou manifestações.

Art. 6. — Com relação à colaboração em sua esfera com o CELAM.

a) Recolhe, elabora e transmite ao CELAM tôdas as informações que possam ser úteis tanto à vida e apostolado de perfeição como aos aspectos da atividade do mesmo.

b) Recebe e cuida de transmitir a tôdas as Federações e Conferências as informações, diretivas e ordens do CELAM.

III — Organização

Art. 7. — A CLAR é composta de:

- a) Assembléia Geral,
- b) Conselho Diretivo,
- c) Secretariado Permanente.

Art. 8. — **A Assembléia Geral:**

a) É o órgão supremo da Conferência e está constituído "de iure" por todos os presidentes das Conferências religiosas nacionais e um delegado das mesmas, pelo Conselho Diretivo e pelo Secretariado Permanente.

b) O Presidente convocará a Assembléia com o consentimento do Conselho Diretivo. Esta não pode deliberar se não com os dois terços de seus membros presentes ou representados.

c) Reune-se ordinariamente cada três anos para tratar as diversas questões de interesse comum e proceder à eleição do Presidente, Vice-Presidentes e Conselheiros, de acordo com as normas dos presentes Estatutos.

Art. 9. O Conselho Diretivo:

a) É o órgão diretivo que orienta as atividades da CLAR, de acordo com as normas emanadas pela Assembléia Geral.

b) É composto do Presidente, dos Vice-Presidentes, dos Conselheiros, do Secretário Geral.

c) O Conselho Diretivo se reúne ordinariamente uma vez por ano e não pode deliberar se não com as duas têrças partes de seus componentes, presentes ou representados.

d) Os que não tomam parte no Conselho podem enviar seu voto por carta.

Art. 10 — a) O Presidente é eleito pela Assembléia Geral e deve ser sempre um Sacerdote, que seja ou tenha sido Superior Maior.

e) Os Vice Presidentes e os Conselheiros devem ser eleitos pela mesma assembléia Geral e serão escolhidos de maneira equitativa entre religiosos e religiosas, tendo em conta os aspectos vertical e horizontal da Organização. Os Vice Presidentes serão três: um sacerdote, um irmão leigo e uma religiosa.

Art. 11. — Tanto a Assembléia como o Conselho, terminadas suas deliberações, fixarão a data e o lugar de sua próxima reunião.

Art. 12. — Duração dos cargos:

a) O Presidente e os Vice Presidentes serão eleitos cada três anos, podendo ser reeleitos.

b) Os Conselheiros renovar-se-ão por metade cada três anos, de modo que perdurem em seu ofício durante seis. Para começar este ciclo ter-se-á a primeira renovação da metade ao terminar o primeiro triênio.

c) No caso que vierem a faltar o Secretário Geral e os Conselheiros, seus suplentes provisórios serão nomeados pelo Presidente até a próxima reunião do Conselho Diretivo.

Art. 13 — O Secretariado Permanente:

a) É o órgão de ação do Conselho Diretivo.

b) Será dirigido por um Secretário Geral para as atividades da CLAR; a parte administrativa será dirigida por um Tesoureiro.

c) O Secretário Geral, que será sempre um religioso, e o Tesoureiro, serão eleitos pelo Conselho Diretivo.

Art. 14. — A Assembléia Geral redigirá seu próprio Regulamento interno e resolverá as dúvidas que possam ocorrer na aplicação dos presentes Estatutos.

Valério Card. Valeri
Prefeito

L. S.

Pe. Arcádio Larraona, Secr.

SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO DE RELIGIÃO NO BRASIL (1)

D. Helder Câmara
Arcebis. Aux. do R. de J.

I). Observações preliminares

1. Principais levantamentos feitos

Preparando Encontros de Diretores de Ensino de Religião (Reunião das Circunscrições Eclesiásticas do E. Santo para o sul: Rio de Janeiro, 14 a 16-4-1953; Reunião das Circunscrições Eclesiásticas do Nordeste e Norte do país: Belém, 12 a 14-8-1953) a CNBB colheu dados sobre:

- a) Situação atual da CDC;
- b) Ensino de religião dos estabelecimentos públicos de ensino;
- c) Catequese nos educandários particulares;
- d) Textos de catecismo adotados;
- e) Depoimentos sobre Maratona Catequética.

Indiretamente chegaram informações sobre:

- catecismo paroquial, na sede e nas Capelas (reflexos da situação da CDC);
- catequistas (reflexo da situação da catequese nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino, bem como dos textos adotados e da reação ante a Maratona).

Preparando a I.^a Conferência Geral da Hierarquia Latino Americana — Rio de Janeiro, 26 de julho a 1.^o de agosto de 1955 — além de amplos dados gerais, de interesse para a catequese (população geral e população católica; Paróquias; Igrejas e Capelas; batismos, crismas, Ias comunhões, preceito festivo, preceito pascoal, últimos sacramentos; matrimônios religiosos, “casamentos civis”, desquites, divórcios, filhos ilegítimos; juventude: vida religioso-moral, defesa e formação; classes superiores e intelectuais; operários; classe rural; perigos contra a moralidade: cinema, rádio, TV, imprensa, teatro; alcoolismo; criminalidade; índios, protestantismo, espiritismo, maçonaria, laicismo, comunismo; clero secular e regular; religiosas; Ação Católica; outros movimentos de apostolado; im-

(1) Relatório apresentado ao encontro dos Diretores Diocesanos de Ensino Religioso, Fevereiro de 1959.

prensa católica; rádio católico; escolas católicas; movimentos e atividades sociais) houve consultas específicas sobre a catequese:

- a) Catecismo Paroquial;
- b) Catecismo nas Escolas;
- c) Professôres e Catequistas.

2. *Virtudes e falhas dos dados disponíveis.*

As respostas não se revestem e não se poderiam revestir de caráter objetivo: devem assim mesmo apresentar (e apesar do relativo recuo: 1955 e 1953) uma idéia aproximada de nossa situação catequética.

Depois de uma tentativa de síntese geral desses dados, sugerimos:

- Conclusões práticas em face da situação catequética brasileira;
- o mais urgente dos levantamentos catequéticos, ainda, quase de todo, por fazer.

II Síntese geral dos dados disponíveis

1. *Situação real da C. D. C.*

São numerosas as Paróquias onde a CDC ou não existe ou só existe de nome. Só por exceção existe CDC com plena vitalidade, atingindo inclusive as Capelas e os estabelecimentos de ensino.

E aqui está a razão última de ser da fraqueza de nossa catequese, como aqui se acha o ponto para o qual deve convergir o melhor dos esforços do Ano Catequético Nacional.

2. *Catecismo Paroquial*

Na sede paroquial. Regra geral existe. Mas sem prejuízo da dedicação do Pároco e de catequistas devotados:

- Está longe de atingir tôdas as crianças em idade de catequese;
- só por exceção consegue reter quem faz a 1.^a Comunhão, sobretudo tratando-se de jovens;
- o Catecismo de adultos, em regra, se reduz à pregação da Missa de preceito, a sermões do mês de maio ou da festa do Padroeiro, fervorinhos através da Emissôra local ou de alto falante;
- só por exceção dispõe de instalações e de pessoal em condições de permitir o funcionamento de grupos homogêneos e reduzidos (elementos de grande alcance para o aproveitamento catequético).

Nas Capelas. A tendência é de agravamento das dificuldades já existentes na sede paroquial.

3. *Catequese nos estabelecimentos públicos de ensino*

Praticamente só vem sendo possível atender (e de modo falho e incompleto) as escolas públicas primárias. E' muito pouco o que se consegue fazer nos cursos secundário e normal. Não são atingidas (pela catequese direta) as Escolas Superiores e Universidades. Faltam dados sobre ensino comercial, agrícola e industrial.

4. *Catecismo nos educandários particulares*

Se é verdade que é possível e desejável aprimorar a catequese nos educandários religiosos (sobretudo no sentido de formação cristã e preparação para a vida) aí de nós, sem os estabelecimentos de ensino mantidos em todo o país por Ordens e Congregações Religiosas, masculinas e femininas.

Só por exceção vem sendo possível atender catequeticamente a educandários leigos, sobretudo secundários (na melhor das hipóteses há 1.^a Comunhão, Comunhão Pascoal e Missa de Formatura).

O número reduzido de internatos (inclusive e sobretudo católicos) torna, em grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, impossível, na prática, urgir a aplicação dos cânones que atingem os pais que matriculam filhos em educandários heréticos.

5. *Professores e Catequistas*

São, sobretudo, duas as dificuldades para mobilização de professores e catequistas:

- a luta pela vida que afasta da catequese muitos e sobretudo muitas que a ela desejariam dedicar-se;
- a falta de preparo catequético (no tocante à doutrina e à pedagogia catequética), razão real ou pretêxo hábil invocados tantas vêzes.

O fato é que é geral e grave o **deficit** de professores e catequistas.

6. *Textos de catecismo*

Pelos depoimentos prestados:

- Verifica-se grande variedade de textos catequéticos, o que parece traduzir, de um lado, preocupação com um manual mais ajustado às atuais condições de vida, e de outro lado, necessidade de diretrizes mais claras e definidas quanto ao texto a escolher (por vêzes, salva a reverência, chega-se a pensar que foi adotado o texto mais à mão);
- a diversidade de preferências é grande, incluindo textos muito desiguais não só quando à data de publicação e quanto a método, mas até quanto a conteúdo (prevalece, por enquanto, o amor ao tradicional, ao clássico, embora se multipliquem as experiências de renovação).

III) **Conclusões práticas em face da situação catequética brasileira**

1. *De excepcional alcance o Ano Catequético Nacional*

Se tôdas as nossas Circunscrições Eclesiásticas sem exceção — Arquidioceses, Dioceses, Prelazias **nullius** — aproveitarem o Ano Catequético Nacional e promoverem Congressos Diocesanos, precedidos de Tríduos nas Paróquias e Estabelecimentos de ensino, a catequese, no Brasil, receberá, em extensão e intensidade, um impulso inédito.

2. *Estará salvo o Ano Catequético, se a CDC se transformar em realidade*

Sem exagêro podemos afirmar que estará salvo o Ano Catequético Nacional se em nossas Paróquias a CDC se transformar em realidade. Bem entendida, bem realizada é a chave de todos os nossos problemas catequéticos.

3. *Catecismo Paroquial*

Por mais que as obras sociais reclamem nossos cuidados não cedamos à tentação de relegar a segundo plano a catequese. Faltaria base e seiva para nossa ação social.

Com apôio na CDC, gastemos com a instalação do Catecismo na sede e nas Capelas o que não vacilaríamos em gastar em obras que nos pareçam inadiáveis.

Quando o Pároco se empolga pela catequese, tôda a Paróquia, em breve, participa de seu entusiasmo. Se a Paróquia não se empolga, é porque o primeiro a ser catequizado é o Pároco...

Não poupemos esforços para não permitir que o Catecismo Paroquial atinja apenas as crianças...

4. *Catequese nos estabelecimentos públicos de ensino*

O que temos na legislação em matéria de ensino de religião representa, sem dúvida, vitória a agradecer a Deus e a defender cuidadosamente. Mas é um mínimo. Acontece que nem êsse mínimo estamos podendo aproveitar convenientemente. Ora, para reivindicações mais amplas que, amanhã, desejamos pleitear, é indispensável que nos mostremos à altura de aproveitar, devidamente, os direitos que já nos estão assegurados.

Ainda uma vcz, a CDC poderá e deverá ter papel decisivo no tocante à catequese nos estabelecimentos públicos de ensino

5. *Catecismo nos educandários particulares*

Deixemos aos inimigos da Igreja o encargo de denegrir nossos educandários religiosos. Quanto a nós, somemos fôrças para aprimorá-los sempre mais, sobretudo no que tange à formação cristã que é a própria razão de ser de sua existência e funcionamento.

Recomendemos à CDC cuidado especial com educandários leigos — sobretudo Ginásios, Colégios e Escolas Superiores — abertos ao ensino de religião e desfalcados de catequistas.

6. *Professôres e Catequistas*

Ponto da maior relevância — e outra grande conclusão do Ano Catequético Nacional — deve ser encontrar maneiras práticas de formar catequistas.

7. *Textos de catecismo*

Parece ainda cêdo para tentar-se qualquer uniformidade quanto a

textos de catecismo. Quando muito será possível chegar a programas comuns.

IV) O mais urgente levantamento catequético

Se os Tríduos Paroquiais — nas sedes e nas Capelas — levassem a um conhecimento real:

- do total de crianças e do total das crianças que estudam catecismo;
- do total de jovens (dos 2 sexos) e do total dos jovens que estudam catecismo;
- do total de adultos e do total dos adultos que estudam catecismo estaria dado um passo importantíssimo no domínio catequético.

O Pároco que se decidir, de verdade, a fazer êsse levantamento, certamente o terá em mãos. E isso constituirá material precioso para a C.D.C

UNIÃO DOS RELIGIOSOS ENTRE SI, COM A SANTA FÉ E SAGRADA HIERARQUIA (1)

*D. Martin Michler O.S.B.
Presidente da C.R.B.*

Cabe-nos hoje o grato dever de dizer a palavra protocolar de abertura do Instituto de Pastoral, fundado pela C.R.B., abençoado pela hierarquia Eclesiástica e oficializado pela S. Congregação dos Religiosos. Propomo-nos colher em um apanhado de conjunto o sentido e a frutificação dêste empreendimento, organizado dentro do espírito da orientação da Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae" e normas anexas dos "Estatutos Gerais" sobre a formação religiosa, clerical e apostólica, a ser dada aos clérigos nos Estados de tendência à perfeição.

Podemos dizer que os intuitos de tal instituição são os mesmos que o Revmo. Sr. Pe. Larraona recenseava ao encerrar o I Congresso dos Religiosos, afluídos do mundo inteiro, reunidos pela primeira vez em Roma no ano de 1950. Resumem-se em três itens, que, como parece, orientam todo o programa da organização e atualização dos Religiosos da Igreja Católica, apregoadas pela Sagrada Congregação dos Religiosos, assim discriminados:

1) União de mente e de coração com o Sumo Pontífice, supremo Superior dos Religiosos, e seu órgão: a Sagrada Congregação dos Religiosos.

2) União de pensamento, intenções e vida com a Sagrada Hierarquia, particularmente no exercício das atividades apostólicas e pastorais, que ficam subordinadas à orientação do Episcopado. — Não seria preciso frisar que a união com a Hierarquia se estende naturalmente ao Revmo. Clero diocesano, com o qual os Religiosos se propõem colaborar no ministério pastoral.

3) União e mútua colaboração dos Religiosos entre si, na organização da vida religiosa em todos os sentidos, que, conforme o desejo da Santa Sé, deve proceder de bases sólidas. Essas bases pressupõem de nossa parte:

a) a atribuição do primado aos valores espirituais (como a própria graça da vocação), doutrinários e ascéticos.

b) esta estima primacial implica por sua vez vários elementos de importância capital, a saber: fidelidade aos votos religiosos, em torno dos quais gira toda a ascética regular, a vida comum nos seus diversos

(1) Palavras do Exmo. e Revmo. Sr. Presidente da C.R.B. na solene abertura do Instituto de Pastoral de São Paulo, aos 2 de março de 1958.

aspectos, e a fecundidade sobrenatural de nossos estudos e trabalhos pastorais nos dias modernos.

Hoje, lançando um olhar de visão geral sobre os trabalhos de formação pastoral, verificamos que será com miras a êsses três itens (ou a êsses três tipos de união) que se realizarão todos os nossos esforços, se examinarão os nossos esquemas e temas, se encaminharão todos os programas de nosso Instituto, pois êstes três itens contêm as linhas mestras da Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae" e demais documentos da S. Sé a respeito da atualização dos Religiosos.

Sendo assim, importa-nos neste nosso encontro focalizar, à luz da tríplice união enumerada, todos os esforços dos nossos trabalhos, inaugurados hoje.

I — União com a Santa Sé: seus planos e suas normas.

A orientação da Santa Sé sobre o ritmo da vida religiosa em nossos dias, têmo-la, por feliz disposição da Providência (enumerando apenas dois documentos): 1.º na recentíssima palavra de S. Santidade, o Papa João XXIII, dirigida aos Eminentíssimos e Exmos. Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispos, participantes da III Reunião do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM). Esta alusão, insiste na voz de Pio XII, ouvida no 2.º documento, que é clássico, básico e universal: a Constituição Apost. "Sedes Sapientiae".

No primeiro documento o S. Padre frisa que a América Latina lhe é objeto de especialíssima solicitude pastoral, pois nela corre perigo o maior título de sua glória, a fé cristã; fé cristã que precisa ser conservada denodadamente.

Bem se justifica esta "especialíssima" solicitude do Papa. Falam os números e os dados concretos: a América Latina compreende 160 milhões de fiéis, o que quer dizer: a terça parte do mundo católico. Tão cara porção do rebanho de Cristo constitui naturalmente um elemento de peso considerável na vida da Igreja e na configuração dos seus próximos destinos.

O Sumo Pontífice fala outrossim das esperanças que a Santa Igreja deposita nos católicos da América Latina. Essas esperanças têm sido, ainda recentemente, incentivadas por grandes manifestações religiosas concretizadas em congressos eucarísticos internacionais, diocesanos, congressos e peregrinações marianas, solenes sessões de Ação Católica, movimento de apotolado de leigos, desenvolvimento da organização eclesial e do fervor missionário.

Porém, a tôdas essas esperanças se associam hoje em dia angústia e ansiedade, com efeito: verifica-se a diminuição da prática da vida cristã, tanto no setor individual como no familiar e social. Para fazer frente a êste declínio encontra-se uma plêiade de operários evangélicos cujo número é visivelmente insuficiente, o que vai possibilitando a infiltração crescente (e em que ritmo!) de ideologias estranhas, como as do protestantismo, do espiritismo, do comunismo e da maçonaria.

Quais os meios que o S. Padre deseja sejam postos em prática em tal situação particular do nosso ambiente pastoral? Ei-los claramente delineados:

- 1) clara visão da situação presente com todo o seu realismo;
- 2) adoção de um plano de ação consoante à realidade. Procure-se na execução deste plano, coordenar tôdas as fôrças e evitar qualquer dispersão: "viribus unitis", seria, conseqüentemente, o lema das nossas atividades;
- 3) haja corajosa execução do plano traçado depois de longo estudo;
- 4) por fim, requer-se grande e generosa colaboração, hoje mais que nunca indispensável para a América Latina.

Prosseguindo na sua explanação o Santo Padre se volta para as realizações já feitas em vista de remediar os males presentes:

— Em primeiro lugar menciona a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano reunida no Rio de Janeiro em 1955. Como sabemos, nessa magna assembléia foram consideradas particularmente questões atinentes ao problema das vocações e à **colaboração dos religiosos com a hierarquia**. O tit. III, ns. 34-41 dessa conferência deixou-nos um documento importante para orientação dos nossos esforços dentro do movimento que visa restaurar a vida cristã nessas terras. — A segunda realidade que o S. Padre aponta é a fundação do **Celam**, uma entidade cuja finalidade é a de ser órgão de ligação e colaboração entre as conferências episcopais da América Latina (como é do conhecimento de todos foi instituído um órgão análogo para as Conferências dos Religiosos da América Latina, denominado CLAR, com as mesmas finalidades).

Na parte final dêsse tão importante discurso Sua Santidade nos apresenta diretrizes, a serem fielmente observadas sob os títulos de

- 1) Conselhos paternais ..
- 2) Programa a longo prazo
- 3) Programas imediatos, ou seja iniciativas mais urgentes. Entre êstes vem mencionados o aproveitamento eficaz dos sacerdotes e o auxílio tão poderoso dos Religiosos e das Religiosas. Diz textualmente o S. Padre a certa altura: "Para êles queremos repetir com todo ardor de nosso coração paterno, o premente apêlo já dirigido pelo nosso imediato Predecessor de santa memória, em prol da América Latina".

Não servem estas palavras do S. Padre João XXIII como autêntico estímulo e interpretação dos pensamentos de Pio XII, formulados na "Sedes Sapientiae"?

Nosso instituto de Pastoral não será já uma resposta imediata ao apêlo do Santo Padre?

A "Sedes Sapientiae" de Pio XII é o segundo documento.

Os fundamentos dogmáticos, canônicos e normativos dêste plano de atuação apostólica na América Latina, proclamado por S. Santidade João XXIII, foram lançados para a Igreja Universal na "Sedes Sapientiae" e os anexos Estatutos Gerais sôbre a formação religiosa, clerical e apostólica a ser dada aos clérigos nos Estados de tendência à perfeição (Edit. pela S.C.R., Roma 1956).

Nosso encontro nesta data da inauguração do Instituto de Pastoral

apresenta assim uma realidade concreta e efetiva da união à Santa Sé no ponto da formação apostólica prescrita no tit. X dos estatutos, que reza:

“Com o fim de receberem uma conveniente formação pastoral logo após terminado o currículo teológico, passem os alunos, ao menos por um ano, por um tirocínio especial (art. 11 § 2; 21 § 1, 4.º; 42 § 3, 3.º) em que se dediquem, sob a direção de mestres experimentados, a aperfeiçoar e complementar os estudos e a prática da teologia pastoral, de acôrdo com as determinações e instruções apostólicas, ao mesmo tempo que cultivam mais intensamente as virtudes sacerdotais e exercem moderadamente o apostolado sacerdotal”. Eis o mandamento da Igreja.

O sentido teológico e ascético, e com isso a alma, com o qual funciona um instituto pastoral, tornando o apostolado religioso e eficiente, encontra sua fórmula e interpretação no próprio texto da Constituição Apost. “Sedes Sapientiae” n. 21-26. Trata-se, para usar os tópicos monumentais da própria Constituição, da formação integral do Religioso como: “Homo perfectus in Christo Jesu” (C. III). Este título tornará os religiosos no seu apostolado capazes “utque vivos christianae caritatis fontes se omnibus praebare valeant” (C. III).

O Santo Padre toca com estas expressões a nervatura da vida religiosa e sua atividade pastoral, em função da qual fundamos este Instituto.

Hoje, fizemos nossos os propósitos de S. Padre Pio XII. Eles entram na orientação, organização, planos e projetos do nosso Instituto; assim já terá produzido o seu primeiro fruto — a união do nosso apostolado pastoral com o Santo Padre e com o seu órgão oficial, a S. C. dos Religiosos.

II — União com os Exmos. Srs. Bispos.

O sinal mais vivo da união com o nosso episcopado temo-lo na presença e atuação de S. Eminência, o Sr. Cardeal-Arcebispo de São Paulo e Exmos Bispos aqui presentes. Na Santa Missa o Pastor desta cidade reuniu nossas intenções em uma súplica, que a graça do Céu transforme e vivifique o empreendimento da formação mais completa dos religiosos para o apostolado. Nós vemos nos Srs. Bispos os legítimos pais dos fiéis os portadores da vida sagrada e da Palavra de Deus, palavra de verdade, os pastores constituídos pelo Espírito Santo. A presença viva do bispo nos congrega concretamente no Amor de Cristo, no corpo místico de Cristo que é a Santa Igreja, representa para nós um chamado “hic et nunc”, para realizarmos a santa unidade no Senhor, para vivermos e agir-mos no nosso apostolado com a Igreja e como Igreja.

1) — A fundação e inauguração do nosso I Instituto de Pastoral prova mais uma vez nossa vontade de colaboração, a mais esclarecida possível, e união los religiosos com o episcopado, pois corresponde perfeitamente às conclusões formuladas na **II reunião do CELAM, celebrada em Fomeque (Colombia) do dia 10 a 17 de novembro de 1957.**

Para elucidar o encontro do nosso Instituto com os desejos do CELAM sirvam, por exemplo, as seguintes afirmações e conclusões da

reunião:

“O Conselho Episcopal Latino-Americano, ao ocupar-se da colaboração dos Religiosos no apostolado do clero diocesano...

2. reitera aos Religiosos o apêlo que dirigiu a Conferência Geral do Rio de Janeiro, para uma efetiva cooperação com o clero secular (concl. n. 34-41)...

5. Os bispos expõem respeitosamente os vivos desejos que a) os Superiores maiores procurem dar uma preparação adequada aos religiosos que devem exercer o ministério na América-Latina, de tal maneira, adaptem-se facilmente à mentalidade, métodos, ambiente de trabalho. Para tal fim:

b) procurem os Superiores maiores, na medida do possível, estabelecer na América Latina casas de formação, conforme a norma da Constituição Apostólica “Sedes Sapientiae”. Em particular será muito útil a **criação de institutos de pastoral**, nos quais, além de cumprir os preceitos da citada Constituição Apostólica, poderá receber **também o clero secular** uma cultura mais adequada.

6. O CELAM reconhecendo os grandes merecimentos dos religiosos nas dioceses américo-latinas, aplaude as adaptações que, conforme as instruções da Santa Sé, estão se realizando de acôrdo com as necessidades da nossa época”.

Afirmações análogas foram repetidas na III Reunião do CELAM em Roma em novembro de 1958, por ocasião da apresentação da CLAR, fundada na mesma data, à assembléia do CELAM.

Enfim estas conclusões são um eco forte tanto da “Sedes Sapientiae” C. 5, como dos Estatutos Gerais 40 § 2 n. 3.º, que exigem uma colaboração íntima do clero regular com o clero secular.

2) Cremos que as linhas de orientação traçadas em nossos programas, temas, esquemas de atualização pastoral correspondem também plenamente às fórmulas de ação promulgadas não somente nas conclusões da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de 1955, 1957 e 1958, conclusões que em parte visavam a colaboração dos religiosos e religiosas, mas também nos programas e conclusões da **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, publicados em Goiânia no ano passado. Tais manifestações do episcopado brasileiro orientam de maneira impressionante e realista sobre os mais importantes problemas do Brasil católico. Um verdadeiro programa de reconquista, preservação e construção da Igreja foi assim concebido, insistindo nas resoluções e indicações oficiais da S. Sé a respeito das estruturas das nossas missões, catequese, litúrgia, enfim de nossa pastoral.

Podemos asseverar que os estudos do Instituto de Pastoral da C.R.B., hoje inaugurado, se identificarão com as preocupações da hierarquia eclesiástica da América Latina e do Brasil, demonstrando união na maneira de ver, de compreender e de colaborar com os srs. bispos e clero secular na maior harmonia.

III — União e mútua colaboração dos Religiosos entre si.

Neste terceiro item tocamos o sentido mais profundo da existência do Instituto de Pastoral, a razão íntima do seu funcionamento, o segredo da eficiência apostólica.

Nosso Instituto, parece-me ser no momento o mais visível sinal da nossa união na C.R.B., a mais notável realização de colaboração de religiosos entre si, na organização e atualização da vida religiosa e sua repercussão nas tarefas de pastoração nos tempos de hoje.

Esta união, conforme o desejo da Santa Sé, brotando das bases sólidas do primado dos valores espirituais (como a graça da vocação), doutrinários e ascéticos (como os da fidelidade aos nossos votos e integridade da vida num holocausto heróico), encontra na "Sedes Sapientiae" mais um incentivo, na preocupação de fazer do religioso, por uma formação adequada e detalhadamente determinada, o "homem perfeito em Cristo Jesus". Eis o ideal do religioso, ideal no qual todos comungamos, e "fonte viva de caridade cristã" — eis o programa da pastoreação plena que todos nós hoje professamos (Cf. C. III, 21 e 24).

A C.R.B., no intuito de obedecer às normas da Sagrada Congregação dos Religiosos e de servir aos religiosos, executa esta tarefa da união e colaboração no duplo plano:

- 1) da organização ou articulação
- 2) da atualização do apostolado dos religiosos.

ad 1) — O que a C.R.B. tem feito no plano da organização das forças dos religiosos, coroada hoje pela fundação do Instituto de Pastoral, o próprio P. Irineu explanará nesta sessão. Graças à colaboração e um entendimento aberto e sincero entre a diretoria, os superiores maiores, os religiosos e leigos competentes, nossos professôres, com a bênção da hierarquia e o apoio irrestrito da Sagrada Congregação dos Religiosos, tornou-se possível esta faustosa realidade, organizada quasi exclusivamente pela dedicação efficientíssima do nosso Pe. Tiago, verdadeiro pai deste Instituto.

Só quero acrescentar uma palavra sobre o sentido da organização dentro da mentalidade da C.R.B.; intencionamos:

coordenar forças sem as obsorver,

promover o interesse comum, sem forçar e sem ingerência alguma nas peculiaridades de cada família.

Todo êste trabalho de organização (penso também nos serviços e mais departamentos da C.R.B.), longe de ser uma centralização artificial e mecânica, ou uma equiparação e nivelamento de nossas obras às tarefas de emprêsas ou empreendimentos do mundo, não será, no seu aspecto mais genuíno, senão um sinal exterior do espírito do "homo perfectus in Christo", será apenas a manifestação em que procuramos viver nossos votos, nossa observância regular. Um só Espírito, o de Deus, imbuirá nosso íntimo sêr na graça da vocação, nossa articulação e atividades apostólicas, nossa exuberância de "fontes vivas de caridade cristã".

ad 2) No plano da atualização da vida religiosa e obras de apostola

do, as normas da S. Sé são bastante claras e explícitas. No particular dos problemas da atualização da pastoral ouviremos a exposição de um homem experimentado como é o nosso P. Tiago. Foi êle que elaborou e orientou para a solução destes o programa, matérias, métodos, juntando um grupo de professôres especializados e competentes, tudo estritamente dentro das prescrições da S. Sé.

A situação mundial, as condições sociais, econômicas, científicas, pedagógicas etc., em que nós religiosos hoje nos encontramos para viver o ideal de nossas santas Regras e Constituições, são bem diferentes das circunstâncias em que se encontravam nossos irmãos de hábito há séculos, ou mesmo decênios atrás: as duas grandes guerras, revoluções profundas deram nova mentalidade e fisionomia ao mundo.

Em conseqüência, tem-se evidenciado cada vez mais na Santa Igreja a necessidade de vivermos de acôrdo com as condições impostas pela quadra histórica. É a "Sedes Sapientiae", a Santa Sé mesma, que orienta os estudos, a fim de correspondermos a tal exigência.

A atualização assim apregoada está longe de significar acomodações fáceis a falsas tendências do mundo moderno; de modo nenhum implica laicização, secularização ou relaxamento da observância regular; nem sequer emburguesamento ou modernização superficial. Ao contrário, atualizar no espírito da Igreja significa valorizar de novo os elementos básicos da vida religiosa: em primeiro plano a graça da vocação e os votos, o espírito do fundador, e distinguir os elementos imutáveis dos acessórios e mutáveis, que permitem uma adaptação.

Ora, o que se nos pede é acentuar fortemente os elementos essenciais, constituir o espírito próprio e genuíno do fundador de cada família religiosa, e, a seguir, adaptar êstes elementos imutáveis e estruturais a realizações práticas, obras ditadas pelas circunstâncias contemporâneas, em outras palavras, viver a plenitude do nosso espírito próprio como "homo perfectus in Christo Jesu", ser fonte viva de caridade cristã, levando em conta as circunstâncias particulares de hoje.

Atualização seria, como entendemos, em últimos termos, a volta fervorosa à doutrina inculcada pelo próprio Cristo no Sermão da montanha, na carta magna do Reino, que se baseia nas bemaventuranças, que são informadas por um elemento central, impreterível: a caridade, o amor de Deus, derramado em nossos corações, como insinua N. Senhor: "Amai vossos inimigos, fazei o bem... e sereis filhos do Altíssimo" (Lc 6,35). A atualização implicará pois, necessariamente, intensificação da caridade, elemento essencial da perfeição cristã e religiosa. Por sua parte, intensificação da caridade, do amor de Deus, dirá amor intensificado ao sacrifício e à cruz. A caridade não se manifestou nem se nos anunciou senão pela cruz. Cristo Jesus amou-nos através da Cruz, os apóstolos amaram abraçando por sua vez a cruz; e nós, discípulos de Cristo e dos apóstolos, não seremos o que devemos ser em nosso tempo senão confirmando esta tradição essencial do cristianismo, ou mesmo, focalizando-a mais e mais. Não seremos atuais, eficientes no nosso tempo, senão recorrendo a esta arma insubstituível de nossa fôrça que é a arvore

da cruz, o lenho da Vida.

Animados pela caridade, o maior de todos os bens, e vínculo de perfeição, conforme S. Paulo, podermos empreender novas obras com o mesmo espírito e mesma segurança de êxito. Essas novas obras não significarão infidelidade ao nosso ideal, nem dispersão, mas ao contrário, serão ocasião para irmos haurir mais intensamente nas fontes de nossa vida religiosa, a fim de, daí, podermos dar ao mundo e aos homens sob novas formas.

Mais ainda, estas obras, serão verdadeiras manifestações da santidade, que quando autêntica e plena, é inseparável da cruz e com isto da nossa vocação religiosa, no momento em que pela profissão dos votos tornamo-nos holocausto no Cristo, última palavra e descoberta em matéria de pastoreação.

Esta mentalidade que serve quase de "Leitmotiv" dos diversos capítulos da Constituição Apostólica, encontra uma fórmula nítida, um resumo, no início da cap. 4: "Ubi autem huic animae sanctificationi provisum sit, accuratissima quoque religiosi cleri sive intellectualis sive pastoralis institutio curanda erit".

A união dos religiosos entre si pela atualização dos últimos valores da graça da vocação e de vida santa como holocausto no Cristo, ganhará a frutificação pujante dos nossos estudos pastorais, como da aplicação no vasto campo do apostolado moderno no Reino de Deus.



Concluindo, faço votos que a fidelidade aos três elos da união com o Santo Padre, com os legítimos pastores, com o ideal de união dos religiosos entre si pela atualização do "homem perfeito", como "fonte viva de caridade" em tôdas as formas de pastoreação, seja um penhor de graça e uma bênção para esta iniciativa da C. R. B.

Imploro, como coroação desta sessão inaugural, uma palavra de exortação e animação, como uma bênção e S. Eminência, para êste Instituto de Pastoral da C.R.B.

EDUCAÇÃO: DUAS CORRENTES EM CHOQUE

Pe. Irineu Leopoldino de Souza SDB

O semanário VISÃO, em sua edição de 20 de março deste ano, sob a rubrica: "Luta Surda no Ensino", à pág. 57, onde se lê como título: "Das greves para o debate parlamentar", escreve textualmente:

"O problema da educação, no Brasil, aparentemente deixou o campo das discussões teóricas, para adquirir características de agitação social. O início das atividades escolares foi marcado por uma greve nacional de estudantes secundários, quando as escaramuças de rua evoluíram até o climax dramático dos acontecimentos de Goiânia, forçando a intervenção de JK no impasse. O Presidente sentiu que o fator econômico proporcionava aos jovens grevistas o apoio, tácito ou ostensivo, de seus pais e responsáveis, vítimas do alto preço das anuidades. E reduziu o aumento das taxas escolares de 30%, prometendo indenizar os colégios, cuja principal alegação, ao obter a elevação das taxas, fôra o aumento de salários dos professores.

"Ante a intervenção presidencial, os proprietários de colégios comunicaram aos professores que o seu aumento de 35% estava condicionado ao pagamento pelo governo daquela diferença, decisão que resultaria em outra greve, desta feita dos mestres. Os episódios demonstram de maneira evidente que a crise do ensino chegou a um ponto em que a intervenção estatal se faz inevitável. E é justamente esta inevitabilidade que diminui a importância aparente dos movimentos grevistas, realçando a luta surda que se esboça no Parlamento, onde duas correntes procuram impor sua doutrina à reforma educacional: a primeira, defendendo o ensino financiado e diretamente controlado pelo Estado; e a outra, pregando subvenções e diretrizes gerais do Estado, dentro de ampla autonomia didática para os colégios".

Com o sub-título: "Correntes irreconciliáveis", continua VISÃO: "A primeira corrente é inspirada pela figura do grande educador Anísio Teixeira, diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e secretário geral da CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), focalizado em VISÃO de 25 de abril de 1958,

e a segunda tem como paladino o Deputado Carlos Lacerda, autor de um substitutivo elaborado pela equipe de intelectuais católicos, onde figuravam Alceu de Amoroso Lima, Glastone Chaves de Melo, Sandra Cavalcanti, Gustavo Corção e outros. A corrente Anísio Teixeira defende no Parlamento o substitutivo apresentado por intermédio do Deputado gaúcho Nestor Jost aos dois projetos de ensino que ressonavam nas gavetas da Comissão de Educação: a mensagem Eurico Dutra e o substitutivo Capanema.

“A Corrente “estatal” fêz do livro de Anísio, **Educação não é privilégio**, a sua bíblia. Gustavo Corção define a posição da corrente adversária com as seguintes palavras: “Defendemos a tese da liberdade de ensino. O papel do Estado deve ser apenas supletivo, não se limitando, na função complementar, apenas ao aspecto econômico, mas cuidando também do aspecto político e moral. O que não pode, entretanto, é ditar programas. Sinto, porém, que a tendência geral, hoje em dia, é de apoio a esse totalitarismo”.

Depois de referir a opinião de Guerreiro Ramos, inteiramente favorável a Anísio e ao monopólio estatal do ensino, VISÃO sintetiza em algumas frases o substitutivo Lacerda, e termina com esta consideração: “Com o reinício das sessões parlamentares, a sorte do ensino brasileiro estará em jogo, no choque inevitável destas duas correntes”.

As duas fotografias que ilustram a reportagem, com a legenda, são muito expressivas: ao alto da coluna central da página, Anísio Teixeira, com a legenda: “Anísio é pelo Estado”. Em baixo, o Deputado com os dizeres: “Lacerda é contra”.

Não aceitamos absolutamente a versão dos fatos e acontecimentos dêste princípio de ano escolar, apresentado por VISÃO, em que pese sua grande circulação e o alto conceito em que é tida por todos. Não houve uma greve nacional dos estudantes secundários. As matrículas se processaram, em todo o território, dentro da maior normalidade. Em Goiânia houve indisciplina num colégio oficial, portanto gratuito, e nenhum drama. No único colégio particular masculino da cidade, houve ausência, como sempre há em qualquer educandário, de alguns alunos, que ao depois, tão envergonhados ficaram, que pediram transferência. Não estavam em greve. Faltaram às aulas, como falta qualquer aluno. Num colégio de mais de mil alunos, a ausência de dois ou três nada significa e é perfeitamente normal. O clima de greve dos estudantes foi criado e mantido de maneira absolutamente artificial pela imprensa sem responsabilidade. Uma minoria inexpressiva de estudantes não representa absolutamente uma situação nacional. Nunca se presenciou, no Rio de Janeiro, um movimento estudantil tão artificial e tão insignificante como o do início dêste ano escolar de 1959. O que houve de muito real, foi uma intervenção estatal que nenhum homem sério poderia aprovar. A situação veio mostrar precisamente o contrário do que VISÃO afirma em sua reportagem: não a necessidade, a inevitabilidade da intervenção estatal, mas precisamente outro facasso desta intervenção, mais uma demonstração de quanto ela é prejudicial num terreno que não lhe compete, mas

sim, por direito natural, à família. Resolvessem os colégios, diretores e professores, em assembléias gerais dos pais de família, o problema das anuidades, e tudo estaria em perfeita ordem e tranquilidade. Mas não interessava aos agitadores, nem aos defensores da tese do monopólio estatal, esta solução. Há os que, contra toda evidência, desejam que o ensino continue inteiramente amarrado ao carro do Estado.

Não foi para comentar, entretanto, a situação deste início de ano letivo, que transcrevemos a reportagem de VISÃO. Foi tão somente porque este editorial situou precisamente o problema da lei de Diretrizes e Bases da Educação, ora em andamento no Congresso: há uma corrente, liderada por Anísio Teixeira, que fez de seu opúsculo **Educação não é Privilégio**, a sua bíblia. E há outra corrente, a dos intelectuais católicos, que se expressou no projeto Carlos Lacerda. Uma é pelo monopólio estatal do ensino. Outra é contra. Se alguma lição deveríamos tirar dos últimos acontecimentos, seria precisamente a favor desta última corrente e não da primeira. A intervenção estatal, num terreno que é competência da família, só pode ser extremamente prejudicial ao interesse da Nação.

Mas a situação do problema da educação no Brasil, foi bem colocada, em sua essência, pelo semanário VISÃO. Pró ou contra o monopólio estatal. Pró ou contra a liberdade do ensino e os direitos da família. E a bíblia do monopólio é o livro de Anísio Teixeira, **Educação não é Privilégio**. A sorte do ensino brasileiro será decidida no Congresso Nacional, pela posição que tomar diante destas duas correntes opostas e irreconciliáveis. Estamos numa encruzilhada decisiva de nossa história. Ou consolidamos nossa democracia, pela vitória da liberdade; ou a enfraquecemos ainda mais, num terreno extremamente delicado, adotando a tese do monopólio estatal. Não adiantam os sofismas nem as mistificações. Não adianta querer afastar o problema, de uma forma ou de outra. Não adianta disfarçar as idéias nefastas do monopólio, sob pílulas de frases elegantes ou de afirmações sonoras. O cerne da questão está à vista.

O opúsculo **Educação não é Privilégio** é declaradamente bíblia da corrente monopolista. É este opusculo que focalizamos no presente comentário. Foi editado em 1957, pela Editora José Olímpio. Por sinal que seu preço não é nada coerente com o título. Não é qualquer favelado que tem capacidade financeira para adquirí-lo, mesmo que tivesse capacidade intelectual para sua leitura.

Não pense o leitor que a maneira de citar o Autor da obra, neste comentário, venha de intimidade ou familiaridade. Absolutamente. Lembro-me de ter visto Anísio Teixeira apenas uma vez. Estou citando-o sem nenhum vocativo, sem nenhum professor nem doutor, nem mesmo senhor, tão somente para aplicar a êle mesmo, por primeiro, a lição que se aprende ao ler "Educação não é Privilégio". Para ser coerente com Anísio, não se lhe pode dar nenhum título. Qualquer título supõe prestígio, e êle não quer nenhum prestígio para os que saem da escola. Sua lição é que todo prestígio é **contra alguém, à custa de alguém**, e verdadeira a escola seletiva, porque dá aos seus alunos este suposto prestígio.

Como êle também é ex-aluno desta mesma escola seletiva, pelo que vejo nos traços biográficos publicados como Nota da Editora, no princípio de livro, devo concluir que seu prestígio é suposto, é falso, é inconsistente. Êle mesmo, para ser coerente, deveria renunciar a tôda forma de prestígio, de que está gozando, indevidamente, **contra alguém, e à custa de alguém.** Resta saber quem é êste alguém, no caso de Anísio. A mim me parece que seja o Brasil, a própria educação nacional.

Acresce ainda que Anísio Teixeira é entusiasta da Revolução Francesa, cujos ideais democráticos êle canta mais de uma vez nas duas conferências publicadas no opúsculo. Ora, a Revolução Francêsa aboliu todos os privilégios, e prescreveu a forma comum de trato social: não mais rei, nem duque, nem conde, nada disto. Todos, simplesmente, cidadãos. E como, por coerência lógica e histórica, a revolução francesa teve sua última expressão na revolução comunista, o cidadão de Paris passou a ser simplesmente o camarada de Moscou. Em consequência, nenhum título, nenhum adjetivo, nenhum prestígio.

O opúsculo em questão é formado de duas conferências. A primeira, tem o título do livro. A segunda, intitula-se "Escola Pública, Universal e Gratuita". As duas palestras são iguais. Podemos por isto limitar nosso estudo apenas à primeira.

Na primeira parte Anísio tenta fazer um pouco de filosofia ou história da educação. Entra pela teoria do conhecimento, que divide em "escolástico", e "prático", ou experimental, baseado numa antinomia entre a vida e o mundo grego por um lado, seguido pela Idade Média, e por outro lado a vida e o mundo moderno. No mundo grego, como se lê à pág. 17, o que se fazia era somente observação de senso comum, conhecimento empírico, artes empíricas. No mundo moderno, ao invés, o que reina é a especulação racional, observação e experimentação, conhecimento teórico, artes ou tecnologias científicas.

Pretende Anísio fazer um exame das tendências educacionais e pedagógicas, através da história, e divide a história da educação em duas fases: antes e depois da revolução francesa. Antes, existia a educação seletiva, para formar privilegiados. Depois, a escola comum, a escola única da revolução, para formar o homem comum, ou a escola para a formação comum. Depois dêste exame histórico-filosófico, passa a expôr o sistema educacional que julga melhor para o Brasil. É a segunda parte de sua conferência.

Quando terminei a leitura da primeira parte, tive verdadeiro desgosto. Não podia esperar que o Autor fôsse tão desconexo e tão incompetente em história e em filosofia. Suas apreciações são inconsistentes, sem nenhuma objetividade. Sua teoria do conhecimento é rudimentar, e sobretudo confusa. O conhecimento humano, na concepção de Anísio, tem duas fases: uma antiga, anterior à revolução Francesa, cheia de teorias, sem experimentação, formando os escolásticos. Todos os homens de ciência destas gerações passadas teriam sido "filósofos", no sentido pejorativo que o povo dá a êste termo. Pesquisadores inúteis, cujos conhecimentos e cujas teorias não tinham nenhuma aplicação prática. Homens que faziam

da idéia fim em si mesma, sem nenhuma ordenação prática para a produção. A escola se limitava a uma série de conhecimentos teóricos, que os alunos deviam aprender de cor e repetir nos exames. Exposição puramente verbal. Nada destinado à produção.

Depois da revolução francesa, o conhecimento se torna prático, a escola ensina alguma coisa, com enderêço imediato para a produção. Os cientistas não são mais os organizadores de teorias abstratas, mas são os pesquisadores de laboratórios. Não mais a formação de privilegiados, mas a preparação de técnicos, do operário, do homem comum.

Eu creio que Anísio confundiu um pouco a história do conhecimento, e as várias fases históricas em que as diversas ciências se foram constituindo e tornando-se autônomas, com a história da grande indústria. Revolução no conhecimento para êle é a mesma coisa que revolução industrial. Ora, esta confusão é lamentável. Confundir a história das ciências com a história das indústrias, é erro que não se pode perdoar.

Na história do conhecimento antigo, há tanta experimentação e observação quanto na história do conhecimento moderno. As leis básicas da matemática e da geometria, sobre as quais se assenta o enorme edifício da ciência moderna, não foram descobertas agora, mas vêm desde os filósofos e sábios gregos, passando por todo o aperfeiçoamento e crivo a que as submetteram as universidades medievais. Como explicaria Anísio Teixeira os grandes descobrimentos, no alvorecer dos tempos modernos? A escola em que aquêles homens se formaram não é certamente a escola comum preconizada pela revolução francesa. É a escola medieval, passando por uma de suas fases de evolução, desabrochando numa de suas conquistas. Ou pensa Anísio que os homens de 1500 se improvisaram numa geração nova, totalmente diversa da geração de 1400? Em que lei histórica se baseia para dar esta interpretação? As lutas religiosas, fenômeno típico da alta Idade Média, estão fervendo na Europa, quando vêm os grandes descobrimentos. Os homens que realizam êste empreendimento extraordinário, são os homens formados na escola seletiva antiga: são nobres, condes, barões, senhores feudais, são os imperadores e reis que comandam a grande empresa. Não têm valor científico, objetivo, prático, no sentido que Anísio pensa ser novidade de após Revolução Francesa? E Newton? e Kepler? E Copérnico? E Bacon? São todos continuação da escola medieval.

Anísio deveria ler melhor a lógica de Aristóteles. Já não falo a de Santo Tomaz, que é do século XIII. Mas da de Aristóteles, que é de antes de Cristo. É ainda a lógica que rege todo o conhecimento, toda pesquisa científica. Lá estão as leis da indução científica, base de tôdas as ciências experimentais modernas.

A escola antiga e a ciência antiga não são tão feias como foram apresentadas aos leitores de **Educação não é Privilégio**. Escolástica, na história da Filosofia, é nome de uma corrente filosófica; como na história da filosofia grega se encontram os peripatéticos, os socráticos, os platônicos, os sofistas, os edonistas, epicureus, ecléticos, etc., assim também na Idade Média se encontram os escolásticos, os averroístas, os nominalistas,

e outras correntes que seria longo enumerar. A escolástica não é uma forma ou uma corrente pedagógica, como apresenta Anísio Teixeira, mas uma corrente filosófica. Não se pode confundir uma coisa com a outra. Anísio mostra uma aversão incontida pelos escolásticos. Apresenta-os como homens que se julgavam detentores de toda ciência. Ora, Sto. Tomaz de Aquino, o pai da escolástica, foi o primeiro a rejeitar o "magister dixit" dos antigos, e a estabelecer o valor da razão humana, sempre progredindo, sem pôr à margem as conquistas definitivas alcançadas. Explicando o sistema de Ptolomeu, por exemplo, êle termina dizendo que pode haver uma outra teoria melhor, que explique melhor os fatos. Não faz portanto de seus livros um tabú, uma vitória definitiva, além da qual não se pode mais ir. Quando, porém, Sto. Tomaz estabelece os graus de abstração, a natureza do intelecto humano, a natureza da idéia, do conhecimento racional, do conhecimento sensitivo, quando distingue matéria e espírito, e lhe estabelece as qualidades, quando distingue em metafísica as dez categorias fundamentais, ontológicas, e as cinco categorias lógicas, e em tantos outros pontos, onde a razão humana, com evidência chegou à natureza, à essência das coisas, aí Sto. Tomaz não deixa margem para outras teorias. Enquanto a natureza da coisa fôr aquela vista com evidência pela inteligência humana, o conhecimento será aquêle e não outro.

Sem esta posição, de confiança nas conquistas da inteligência e da razão humana, não é possível nenhum progresso na ciência. Se julgarmos que o que hoje nos parece certo, amanhã poderá ser errado e isto em qualquer campo do conhecimento, confundindo conquistas certas e definitivas com as hipóteses científicas, teremos decretado a falência absoluta do conhecimento, da razão, da ciência. Se o engenheiro pensa que o alicerce e fundações que hoje edifica, amanhã vão ruir, só mesmo se fôr um estúpido continuará a levantar paredes. Quando começa as paredes, tem certeza de que os alicerces as podem suportar. E se uma casa cai, por imperícia do construtor, por utilização de material deteriorado, por não obediência às normas técnicas, isto não infirma em nada a lei geral nem os princípios sobre os quais assenta a técnica da engenharia de construção. Pelo contrário, os confirma e consolida, mostrando que desobedecer aos seus preceitos é arruinar-se.

Acontece, porém, que Anísio Teixeira, passeando com o pensamento pelas escolas da Idade Média, não encontra em nenhuma delas um laboratório de pesquisas da Fundação Rockefeller, nem da Esso, ou da General Motors, ou da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos. E fica indignado contra o ensino meramente verbal destas escolas, que não formavam os alunos para a produção.

Não atinou o autor que o problema é de outra ordem, completamente diversa. O grande progresso das tecnologias modernas, em contração com o progresso lento da idade antiga, não é devido absolutamente ao sistema escolar, mas ao advento da era do carvão e do aço. Sem a descoberta do aço, como se poderiam produzir instrumentos de precisão para a experimentação dos laboratórios? E a Idade Média é culpada, por-

que o aço só apareceu nos albores da idade contemporânea? Ou Anísio Teixeira pensa que se poderiam fazer de ferro comum instrumentos? Os pesquisadores de 50 anos atrás, já dispondo do aço e da eletricidade, não dispunham dos recursos atuais da eletrônica. São culpados por isto? A escola criada pela revolução francesa poderia ter um laboratório de experimentação e de ensaio, muito mais adiantado que o da escola dos tempos de Sto. Tomaz de Aquino para dar um ensino muito mais objetivo no terreno das ciências físicas e naturais. Mas se compararmos esta escola com as de hoje, diríamos que elas são medievais. A aparelhagem moderna de ensino é muito mais perfeita. E observamos que se trata de ciências físicas e naturais. As ciências filosóficas, teológicas, morais, sociais, históricas, dispensam estes laboratórios, porque seu fundamento não é tecnologia.

O problema portanto não é da escola, mas sim da evolução normal da indústria. Porque na Alemanha, há muito mais material de experimentação nas escolas do que no Brasil? Porque a escola é diversa? Não. É porque a Alemanha é um país muito mais industrializado do que o Brasil, e as firmas industriais produzem muito mais material escolar.

A história do Japão nada tem a ver com a história da Idade Média ou da Revolução Francesa. E entretanto lá observamos o mesmo fenômeno. Enquanto os japoneses trabalham simplesmente com o ferro, pouco puderam fazer. Quando para eles veio a era do carvão e do aço, e depois a da eletrônica, tiveram um desenvolvimento e um progresso espetacular, a ponto de poderem enfrentar na última guerra até os Estados Unidos. E não foi fácil a batalha.

O problema não se põe portanto neste plano, de comparação das escolas, a medieval, a da revolução, e a contemporânea, mas de comparação da evolução industrial. Porque o aço e a eletrônica são dos nossos tempos, e não da idade Média? e não do mundo grego? É bom que o autor de **Educação não é Privilégio** não se ponha a fazer filosofia da história, porque se em simples história já é tão confuso, tão inexato, tão omissivo, o que seria em filosofia da história?

Interessante em Anísio Teixeira é o conceito que faz de escola única, "l'école unique", criada pela revolução francesa, e a "common school" da tradição inglesa e norte-americana. Imagina que antes havia escolas diferenciadas, escolas seletivas: para os pobres, nada; para os ricos, tudo. Então veio a revolução francesa, criando a escola única, pela qual todos deveriam passar, obrigatoriamente, sem distinção de classes, pobres e ricos, nobres e plebeus.

Nada mais errado, historicamente, do que esta explicação da escola única. O fato é o seguinte. Antes da revolução francesa os governos não tinham ministérios de educação. A educação era assunto inteiramente particular, e feito pela Igreja, na Europa Cristã. Educação e assistência eram competência da Igreja. Neckker, quando mandou recensear os bens do clero, achou milhões, e os que lêem errado a história, concluem pela riqueza do clero antes da revolução francesa. E se esquecem de que o governo não tinha despesas, nem com educação, nem com assistência. Aque-

les bens recenseados por Necker, respondiam por êstes dois setores importantíssimos. E havia escola para todo mundo. Em cada mosteiro, em cada paróquia, em cada comunidade, havia uma escola. Naturalmente que de uma maneira se educava o filho do príncipe, e de outra maneira se educava o filho do homem comum. E ninguém há de estranhar isto, apesar do horror que o autor do nosso opúsculo tem aos privilégios e às classes sociais. Apesar disto, as classes continuarão a existir, enquanto o mundo fôr mundo. Os privilégios, como o da escola oficial, só acabarão no dia em que reinar entre nós verdadeira democracia.

Pois bem. Antes da revolução francesa havia escolas para todos os tipos de pessoas. Nem todo o mundo ia à escola, como acontece também hoje em dia. Não porque a escola estivesse fechada, como círculo esotérico, só dos iniciados escolásticos, como quer fazer crer Anísio Teixeira, mas porque, como acontece também hoje, nem todo mundo gosta de estudar, ou porque as angústias econômicas da família não permitem. Na Idade Média a escola é universal e gratuita. Existe em Paris, ainda hoje, a praça Maubert. Se Anísio Teixeira indagasse a origem, encontraria que Maubert é corruptela de Magnus Albertus. Trata-se de Sto. Alberto Magno, o professor de Sto. Tomaz de Aquino; êle dava aulas na praça pública, porque eram tantos os seus alunos que as salas não comportavam, e êle ia fazer suas preleções em praça pública. Certamente a presença dos ouvintes não haveria de ser controlada, por impossível, para se exigir pagamento dos presentes.

Acontece, porém, que a Revolução Francesa queria impor um novo conceito da vida, do Estado, do cidadão. Queria mudar a face da terra. E então criou a sua escola tornando-a obrigatória para todo o povo francês. Napoleão, querendo consolidar os resultados da Revolução, criou a Universidade, como único centro de formação dos professores, em toda a França. Não é que antes não houvesse universidades. Havia, e muitas, mas cada uma com sua liberdade e autonomia, ensinando o que seus mestres julgavam bem. As universidades antigas eram isentas até da autoridade do Bispo local, e não apenas isentas da autoridade do poder civil. Mas Napoleão não podia concordar com isto, porque não lhe convinha, para consolidação de seu poder, que houvesse escolas ensinando livremente. Então, escola única, controlada totalmente pelo govêrno.

A escola única de Anísio Teixeira é sinônimo de escola governamental, escola pública, escola que ensina o que o govêrno quer. Portanto, uma escola totalitária, tipo fascista, ou nazista, ou comunista. Hitler na Alemanha e Stalin na Rússia, fizeram escola única. Mussolini na Itália não conseguiu. Hitler na Alemanha o fez parcialmente, Stalin somente é que conseguiu pleno êxito nesta empreitada, porque na Rússia não existia Igreja Católica. Se existisse, êle teria tido a mesma oposição constante e tenaz que Hitler e Mussolini tiveram. Infelizmente, a inexistência do catolicismo em Moscou, devido ao cisma do oriente, deixou o poder civil como único senhor das consciências. E aí está o comunismo.

Escola única, portanto, da revolução francesa, é escola do govêrno, excluindo a escola da Igreja; é a escola leiga, em contraposição à escola

confessional; é a escola imposta pela ditadura do poder civil, em contraposição à escola escolhida livremente pela família, pelos pais do aluno.

A certa altura de sua análise, Anísio Teixeira faz uma afirmação muito grave. Diz textualmente: "Ora, a idéia da "educação comum", da escola pública americana ou da "école unique" francesa, não era nada disto. Não se cogitava de dar ao pobre a educação conveniente ao rico, mas, antes, de dar ao rico a educação conveniente ao pobre, pois a nossa sociedade democrática não deveria distinguir, entre os indivíduos, os que precisavam dos que não precisavam de trabalhar, mas a todos queria ensinar para o trabalho, distribuindo-os pelas ocupações, conforme o mérito de cada um e não segundo sua posição social ou riqueza" (Pág. 38). O grifo é nosso. Anísio Teixeira não quer, portanto, que se dê ao pobre a educação do rico, mas que se dê ao rico a educação do pobre. Esta escola comum, ou escola única, é a que êle preconiza para todos os brasileiros. Ora, eu me pergunto a mim mesmo: com uma educação seletiva, que procura aprimorar valores, que procura formar da melhor maneira possível nossos dirigentes, a coisa pública vai tão mal no Brasil. O que será, quando todo mundo tiver a educação do pobre? Isto é, a educação do homem comum, para o homem nivelado? E nivelado assim por baixo. Já estamos numa crise econômico-financeira tão grave, no momento atual. E quando os ricos desaparecerem, é todo o mundo fôr pobre? Que o rico não seja tão rico, e que o pobre não seja tão pobre, isto eu compreendo, isto todo mundo quer, isto prega continuamente a Igreja em sua doutrina social. Mas que o rico tenha a educação do pobre — e como conseqüência, se temos uma escola viva e eficiente — que o rico se torne pobre, esta só mesmo no comunismo de Moscou, onde a multidão dos cidadãos não conta mais que peças de máquina, acionada pela alavanca dos poucos que detêm o poder.

Anísio Teixeira se contradiz sem perceber. Não vendo a dupla orientação, ou os dois caminhos por onde foram correndo as conseqüências da Revolução Francesa — para um lado Moscou, e para outro New York — êle enaltece ao mesmo tempo uma coisa e outra, como se as duas pudessem se juxtapor. Esta sociedade nivelada por baixo, é a do comunismo de Moscou. Isto é conseqüência dos princípios postos pela Revolução Francesa. Por outro lado, partindo da mesma fonte, mas respeitando a dignidade e os valores da pessoa humana, isto é, aceitando algumas exigências dos novos tempos, mas sem aceitar os princípios filosóficos da revolução, pelo contrário, colocando princípios radicalmente opostos, os Estados Unidos criaram a sua escola comum, para elevar o pobre à categoria de rico. Por isto é que lá o operário ganha salário mínimo de um dólar por hora, como conta entusiasmado o próprio Anísio Teixeira. Por isto é que é muito melhor ser empregada doméstica em New York, ganhando 300 dólares por mês, do que professora em muitos lugares do Brasil. Aliás, aqui também, em alguns Estados, já é melhor ser empregada do que professora, do ponto de vista econômico-financeiro. A escola comum dos Estados Unidos, portanto, que Anísio Teixeira apresenta como modelo, ao contrário de sua afirmação, não visava dar ao rico a educação

do pobre, mas elevar o pobre à categoria de rico.

Há, na conferência de Anísio um aspecto muito importante. Quando terminei de ler o livro a primeira vez, depois do enjôo que me deu a primeira parte, até a página 44, pelas incongruências de sua interpretação histórico-filosófica, o que sentí foi um vazio, alguma coisa indefinida que não sabia bem explicar. Parecia-me estar dentro de uma camisa de força, de uma capa de chumbo, ou numa casa escura e sem luz, ou num dia côm de cinza, nublado, sem sol, ou numa noite fria e sem estrêlas. Eu mesmo não sabia dizer a razão dêste estado de espírito. Pus-me então a reler o opúsculo, para ver se encontrava a razão. E encontrei. **No plano educacional de Anísio Teixeira, a família está absolutamente ausente.** Em tôdas às 146 páginas, só encontrei a palavra, o têrmo, o pensamento "família", três vêzes: a primeira, à página 10, com uma descrição errada da sociedade medieval, dizendo que esta sociedade formava os homens "nas próprias matrizes estáveis das "classes", senão "castas", instituições que incorporavam a família e a religião, com as suas forças modeladoras e adaptadoras". Não vou analisar êste modo de ver a sociedade antiga. Citei o trecho apenas para mostrar a primeira passagem onde encontrei a família presente. Logo na página seguinte, escreve: "Desde o comêço, pois, a escola universal era algo de novo, e, na realidade uma instituição que, **a despeito da família**, da classe e da religião, viesse a dar a cada indivíduo a oportunidade de ser, na sociedade, aquilo que seus dotes inatos, devidamente desenvolvidos, determinassem". Mais longe, na página 87, citando Caetano de Campos, aparece de novo a palavra família, em sentido figurado: a família brasileira, para dizer, a sociedade, a comunidade, a nação brasileira.

A simples ausência da família num sistema educacional, e sobretudo quando êste sistema é o ensino primário, me parece um êrro gravíssimo. Aqui está um ponto de antítese profunda entre as doutrinas de Anísio e qualquer doutrina pedagógica cientificamente fundamentada. Sem a família, é impossível educar. A educação é direito e dever primordial do pais. O Estado só entra quando a família não tem os recursos financeiros suficientes. E entra assim em caráter supletivo. O Estado não tem o direito de ditar a filosofia de vida a ser ensinada na escola. Isto é competência da família. E para Anísio, a família nada tem a ver com a escola. Em todo o seu opúsculo, "família" é idéia que aparece uma em sentido pejorativo, outra em sentido figurado, e outra, que vamos examinar. E' a afirmação da página 11: "a escola universal é uma instituição que, **a despeito da família**, deve dar a cada indivíduo a oportunidade de ser o que seus dotes determinam". Uma escola, portanto, que ensina, a despeito da família, que forma a personalidade dos alunos, a despeito das exigências dos pais; que forma os filhos comunistas, quando os pais não são, nem querem que seus filhos o sejam; que forma os filhos ateus, materialistas, quando os pais querem para êles uma educação cristã; que forma as crianças com a preocupação exclusiva das coisas terrenas, quando os pais querem que seus filhos, além destas preocupações, tenham também a preocupação das coisas mais elevadas e mais nobres do

espírito; que forma as crianças para o tecnicismo, quando os pais querem educar seus filhos para as ciências e para as artes, respeitadas suas inclinações naturais. Uma escola que educa a despeito da família, esta a escola única, que se apresenta como modelo para a política educacional brasileira. Uma educação sem família, a despeito da família, é precisamente o que fez e faz o comunismo, como última expressão da Revolução Francesa. Isto é o comunismo, com todos os itens, sem tirar nem pôr. É comunismo sob medida, feito de acordo com o figurino. Quem conhece alguma coisa sobre a história e situação do comunismo, sabe a posição que ocupa a família na Rússia: o governo a ignora por completo. Esta é uma passagem de coerência e exatidão na interpretação histórica apresentada por Anísio Teixeira. "Quando na Convenção Francesa, se formulou o ideal de uma educação escolar para todos os cidadãos, não se pensava tanto em universalizar a escola existente, mas em uma nova concepção da sociedade, em que privilégios de classe, de dinheiro, e de herança, não existissem, e o indivíduo pudesse buscar, pela escola, a sua posição na vida social". Os grifos são sempre nossos. Se se trata apenas de dar instrução a todos, ampliem-se as escolas, sem lhes tocar os fundamentos filosóficos ou doutrinários atuais, que são profundamente cristãos e democráticos. Trata-se, porém, de fazer da escola uma das molas propulsoras da nova sociedade, da sociedade sem classe, sem herança, sem família. Isto é, trata-se de fazer da escola uma célula comunista.

A crer em Anísio Teixeira, todos os males da educação brasileira vêm da escola particular. Ele não define a escola particular. Apenas a contrapõe à escola pública. Também não define a escola pública. Apenas a contrapõe à escola particular. Ora, este jogo lógico pode agradar a sofistas, mas não a gente séria. Mesmo sem querer descer a pormenores filosóficos ou jurídicos, o simples bom senso, pelo fato de estarmos em contato quase diário com estas duas escolas, no Brasil, nos leva a um conceito bem caracterizado. Escola pública é a escola oficial, criada e mantida pelo Governo, municipal, estadual ou federal. Os professores são pagos pelo governo. Em alguns Estados, menos que o salário local para as professoras de escolas primárias. Em outras escolas, pagos todos em padrão. Os pais não interferem na nomeação destes professores. Outra característica da escola pública, oficial, estatal, no Brasil, é ser aconfessional, neutra. Não ensina nenhuma doutrina religiosa. Também não ensina nenhuma doutrina política. Não ensina democracia, não ensina totalitarismo, não ensina nada. Se o professor é comunista, ensina comunismo. Se é democrata, ensina democracia. Há muita escola pública boa, com excelente rendimento pedagógico, fazendo mais do que o governo exige em seus programas, ou seja, fazendo educação, e não apenas instrução. Mas isto não vem do professor enquanto funcionário público, da escola enquanto pública, mas é o resultado do bom senso do grupo de professores e da direção destas escolas. Há muita escola pública má, que não presta, com péssimo rendimento de ensino e pior ainda de educação.

A escola particular é a escola mantida por uma sociedade particular, ou por um indivíduo particular que é seu proprietário. Em geral,

quem mais se lança a êste tipo de trabalho, são as crenças religiosas. A Igreja Católica mantém no Brasil grande número de escolas particulares. Por sinal que tem sido sempre pioneira, desde os tempos coloniais, em todos os setores do ensino. A Igreja abriu faculdade de filosofia no Brasil, muito antes do Govêrno. Abriu escolas primárias, profissionais, agrícolas, e técnicas, antes. E há muitos lugares do interior, onde só o missionário ou a irmã missionária mantêm escola e hospital. A escola particular é confessional. Ensina determinada filosofia de vida, tem um plano próprio de educação e de formação da personalidade, cria no aluno hábitos de vida. Põe o acento particularmente sôbre a educação mais que sôbre a instrução. Preocupa-se com o procedimento, com a formação da vontade e do caráter. Acompanha o aluno, na escola e fora da escola, mantendo assíduo intercâmbio com os pais.

IIá, porém, uma terceira categoria de escolas no Brasil e pouco mais ou menos, em quase todo o mundo, é a escola política. Pode ser a escola oficial, transformada em depósito permanente de crianças, se é internato, ou temporário, se é externato, mas criada ao sabor da política para fins políticos. Pode ser também escola particular, de um cidadão, organizada para os mesmos objetivos.

Há ainda uma quarta categoria de escola, a comercial. Felizmente esta é muito reduzida, porque quem quer fazer dinheiro vai aplicar seus esforços em qualquer outro setor, que alcançará maiores resultados. A escola comercial dá muito resultado, quando vem unida à escola política. Quando seu proprietário tem fôrça política, e consegue canalizar para seu depósito as crianças que o govêrno ou outras escolas particulares não conseguiram abrigar, por falta de vagas, e que são mantidas mediante bôlsas de estudos oficiais, então a escola político-comercial é altamente rendosa.

Há portanto quatro categorias de escolas: a pública, ou estatal; a particular, ou confessional, religiosa; a política, e a comercial. Êstes quatro tipos muitas vêzes se mesclam e se misturam. A política interfere na escola particular, como a influência particular das famílias vence muitas vêzes a demasiada ingerência governativa nas escolas.

De qualquer maneira, quando se analisa a crise do ensino no Brasil, é preciso ter presentes êstes quatro tipos de escolas. Não podemos misturar tudo e sentenciar com uma única condenação. A escola particular, confessional, em geral, é ainda sadia. A prova está na sua procura continuada. A família tem confiança na escola particular. A escola do govêrno é procurada, porque é gratuita, e ainda não está eivada de êrros doutrinários ou religiosos. A família completa ou corrige em casa o que faltou na escola governativa. A escola política e a comercial, que não sabemos em que porcentagem existam no Brasil, em comparação com as demais, fugindo à sua missão de educar e instruir, estão traindo os interesses da Nação e não têm o direito de existir.

Quando se fala portanto em decadência do ensino, é preciso distinguir estas quatro classes de educandários, para dar a cada um o que lhe pertence, a sua parcela de responsabilidade. A escola particular, con-

fessional, religiosa, não tem responsabilidade pela decadência do ensino no Brasil. Se alguma parcela lhe cabe, é tão somente por ser demasiado dócil. Muitas vezes deverá ser mais independente, fazer um trabalho mais próprio. Aliás, o próprio Anísio Teixeira preconiza exatamente isto na segunda parte de sua conferência. Apenas relega para o município, o que nós gostaríamos fôsse delegad à família. Os males da demasiada ingerência do poder civil são os mesmos, quer na órbita municipal, quer estadual, quer federal. Onde o govêrno se intromete demais, as coisas começam a andar mal. A diferença é apenas de quantidade: pouco num município, mais num Estado, e demais no Brasil todo.

A segunda parte da conferência de Anísio Teixeira é melhor que a primeira. Da página 44 até o fim, isto é, até a pág. 70, apresenta a nova política educacional que deseja implantar no Brasil. Esqueceu-se dos fundamentos filosóficos, históricos, doutrinários, e passou a expor o sistema educacional que pretende fazer vigorar no Brasil. Nada de original. Tudo imitado de outros países, sobretudo da América do Norte onde a escola de Dewey está passando por uma revisão e uma crítica muito séria. Ultrapassada lá na sua terra de origem, há muitos que a querem transplantar para o Brasil. Aliás, em outros livros, Anísio Teixeira se declara simplesmente divulgador de Dewey.

Nenhuma centralização burocrática, mas tudo feito pelo município. A escola primária é competência do município, devidamente ajudado pelo Estado e pela União. É ajudado apenas financeiramente. Haverá um conselho educacional, em cada município, com poderes para dispor dos recursos financeiros, criar escolas, prover os mestres necessários, fiscalizar, etc.. Tudo dentro do plano geral traçado pelo Estado e pela União. Mas tudo no município, com feito e côres locais. A autoridade sôbre os diretores, os professôres, e os programas é competência do conselho educacional. Anísio Teixeira não diz quem deverá integrar êste conselho. Mas eu suponho naturalmente que deverão ser os homens mais capazes da comuna: o prefeito, o juiz, de direito, o médico, o advogado, os pais de família, etc. No município, é impossível fazer-se um conselho educacional sem incluir os chefes de família. Na cidade grande, êste conselho pode ser um pouco despersonalizado com relações à família. Mas na cidade pequena, o conselho, a despeito de tôdas as fôrças do monopólio estatal, terá um profundo espírito de família: todos se conhecem, conhecem as professoras e diretores da escola, conhecem os filhos uns dos outros. Será portanto um conselho eminentemente familiar. E o Vigário? Não fará parte? E o Padre Diretor do colégio ou escola particular, homem entendido e experimentado em assuntos de educação, a quem as famílias confiam os filhos mais levados para que os corrija e recupere? E a Irmã Superiora, em cuja escola estudaram ou estão estudando a filha do prefeito, do deputado e do senador, que, embora podendo ter o colégio oficial para seus filhos, preferiram o colégio particular? Estes elementos não serão naturalmente membros do Conselho de Educação? Haveria uma possibilidade para os partidários do monopólio estatal: fazer com que o conselho fôsse todo de nomeação do govêrno, estadual ou federal. Mesmo

assim, porém, êstes elementos, por um caminho ou por outro, estariam presentes. Até como princípio de seriedade e garantia para a reta aplicação dos dinheiros públicos destinados à educação.

Seja como fôr, ou por qual razão fôr, o senhor Bispo Diocesano, o Vigário, o Padre Diretor ou a Irmã Superiora, não ficariam ausentes do conselho educacional do município. E aí estaria uma situação excelente para a Igreja Católica: o govêrno financiaria a educação, totalmente. Coisa que atualmente não está fazendo, recaindo grande parte dêste onus, para uma grande quantidade de brasileiros, sôbre a bolsa particular, ou sôbre os recursos da Igreja. Na hipótese de se implantar realmente o sistema proposto por Anísio Teixeira — corrigindo-se, naturalmente as falhas e lacunas que apresenta, o que não seria difícil — o govêrno financiaria tôda a educação. O que é seu dever. E a Igreja orientaria, daria as normas pedagógicas, os fundamentos filosóficos e doutrinários. Eu desejo sinceramente que a nova política educacional seja executada quanto antes. As vantagens para o Brasil, para a família, para a Igreja, seriam imensas. Certamente, o autor do opúsculo não pensou bem nestas conseqüências de sua escola única no Brasil. Se tivesse pensado, e avesso como é à ação educacional da família e da Igreja, teria excogitado um outro plano, uma outra política educacional, onde estas duas influências pudessem ser afastadas.

Há na obra educacional de Anísio Teixeira, muito mais barulho e rumor, do que realidade concreta e objetiva. Há muito mais demagogia do que realização. O que aliás não é de estranhar, no clima em que vivemos atualmente no Brasil. O autor de **Educação não é Privilégio** foi Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, de 1931 a 1934, e depois, Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal em 1935. Portanto, 4 anos de govêrno da educação, num período em que se dispunha dos fundos públicos com muito mais facilidade do que hoje, e numa situação econômico-financeira de uma moeda muito mais valorizada. E neste período, no Rio de Janeiro, se construíram apenas 33 escolas primárias. Ora, recentemente, outra administração, em apenas 58 dias, construiu 27 escolas, segundo a imprensa carioca noticiou detalhadamente no ano passado. Há outros ramos de ensino que se desenvolveram muito mais no Brasil, porque confiados a outros administradores, em outras diretorias de ensino do Ministério da Educação. Haja vista, por exemplo, a grande expansão do ensino superior, conduzido por uma política sábia, flexível, adaptada ao nosso ambiente, sem copiar do estrangeiro modelos ultrapassados.

Não se trata, na obra de Anísio Teixeira, de promover e realizar a educação do povo brasileiro. Trata-se de mudar esta educação, dar-lhe novos moldes filosóficos, novos fundamentos doutrinários. A iniciativa particular tomou a dianteira, e realizou um vasto programa, orgânico, articulado. Sômente os Religiosos e Religiosas, mantêm no Brasil 4.273 obras educacionais, de todos os tipos e graus, oficializadas ou não. Segundo o Anuário dos Religiosos, de 1958, em fase de conclusão no Serviço Gráfico do I.B.G.E., nestas obras estudavam 604.957 alunos, dos quais

450.155 pagantes e 154.802 gratuitos. 25,5% de alunos gratuitos em nossos educandários. Naturalmente que esta situação incomoda aos que lêem a filosofia da vida por outra cartilha que não a dos princípios cristãos. Uma estatização de todo o ensino, se fosse possível, tiraria da Igreja toda esta população escolar, entregando-a aos indiferentes e sem religião. As lutas de religião não terminaram na Idade Média. Continuam ainda hoje, provocadas sempre pelos inimigos de Deus. Em Moscou, nos países satélites subjugados ao bloco comunista, e nos países livres, onde os adversários trabalham sempre, em todos os setores, preparando ou promovendo o advento da revolução vermelha.

Os homens que o voto popular levou ao Congresso, nas últimas eleições, têm uma responsabilidade extremamente pesada e delicada. Com a batalha da lei de diretrizes e bases da educação, estão jogando o destino da Nação e do regime. Eles escolherão, para o povo brasileiro, entre a liberdade e a ditadura. Reintegrarão a família, na sua missão e nos seus direitos, com relação à educação, ou deixarão de lado, ignorando-a. Todos os homens amantes da democracia, independente do credo religioso que professam, desejam sinceramente que o Congresso Nacional renove a educação no sentido da liberdade. A grandeza de um povo está muito mais na grandeza moral e cultural de seus filhos, do que na prosperidade material. E esta grandeza moral e cultural se constrói na escola, continuadora da obra de amor que o lar começou.

A BONDADDE

Pe. Paulo Moreira da Cruz S.D.B.

A nossa primeira profissão de homens cõnsiste em sermos bons. Isto é tudo!

O que nestas linhas resumo, de pessoal quase nada há. Procurarei apenas reunir o que os homens bons e de experiência pensaram e escreveram. Se isto pode ter algum mérito, êste é o meu.

Bondade, flôr de caridade!

Só a caridade constroi, une e dignifica. Só a caridade mede a grandeza da alma e dá vida a tôdas as virtudes; só a caridade faz sentir o gôzo da própria humanidade.

A bondade nos ensina a ser homens. E não podemos pregar a Cristo e seu amor, onde não há homens. A crise de hoje, é o **valor-homem**. E' necessário que a nossa geração, vazia e descrente, entenda que o Cristianismo não é uma superestrutura do homem, um simples agregado à sua humanidade. De Cristo não se pode prescindir sem sofrer conseqüências na edificação da personalidade. Jesus não pode estar sòmente à margem da vida humana; deve nela ser integrado. É algo necessário ao sêr humano, de modo tal que ninguém chega à plena madureza racional senão através de sua incorporação com Cristo.

"Tôda a humanidade, e cada sêr humano em particular, necessita, com a urgência trágica de Pedro submergindo nas águas, estender a mão a Cristo, para que o livre e salve". Todos os que sentem profunda e sinceramente no seu íntimo, vocação para a bondade, que é caridade, não podem recorrer a outra cátedra, senão à daquele que foi chamado o "Bom Mestre.

A caridade nada mais é do que a forma celeste de amor. Se escutarmos a Bossuet, êle nos dirá: "Deus colocou algo em suas criaturas, que lhes serve de meio para voltarem à sua fonte, para retornarem ao seu autor e êste é o Amor".

"Nisto conhecerão que sois meus discípulos, que vos ameis uns aos outros".

"O amor é a plenitude da lei, e quem ama o próximo cumpre a

lei" (São Paulo).

A lei do amor leva Deus a tôdas as partes. Daqui a transcendência do amor; amar divinamente, "como Eu os tenho amado". Não só amar divinamente, mas amar a Deus nos homens. Daqui também, a fôrça da conhecida frase: "Cristo nos pobres". E devemos amá-los como a Cristo, para chegarmos à unidade do próximo com Deus. Quem afirmar que ama a Deus e não ama o seu próximo, é mentiroso" (São João).

A caridade, o amor, a bondade, constituem um vínculo doce e saudável que ilumina a inteligência e inflama o coração.

Com ela o indigente é rico e, sem ela, o rico é pobre. A caridade faz-nos fortes nas adversidades, moderados nos êxitos, tranquilos na luta contra as paixões, alegres em percorrer os caminhos da virtude. Nas tentações é escudo; no serviço do próximo é generosa. É serenamente alegre com os bons e herôicamente suportadora dos males.

Amor, caridade e bondade! Quem diz que está na luz e odeia seu irmão, até agora está nas trevas (São João). O amor não se explica. Vive-se. Donde se conclui que o amor do Cristianismo não provém do fato de êle possuir a divina doutrina do amor, mas porque é êle uma vida de amor, de caridade e de bondade.

O amor é vida, é perfeição, é plenitude. Cadáveres ambulantes são todos aquêles que pretendem passar por cristãos, quando não ajustam a sua vida no amor, na bondade. "Quem não ama, permanece na morte" (1 Jo 3, 14).

Se todos procurassem amar uns aos outros com a caridade e bondade do Divino Mestre, então o paganismo odierno sairia com a mesma exclamação que pronunciaram os pagãos de Roma, com relação aos primeiros cristãos: "Olhem como se amam".

Todos os Evangelhos e escritos dos Apóstolos traduzem a primazia do amor e da bondade, não só na doutrina, mas sobretudo na vida. Eis, resumidamente, a caridade, que é amor, que é bondade.

Passemos agora a considerações mais precisas sôbre a bondade como tal.

Bondade, expressão de personalidade!

Queremos ser grandes? Por que, então, não principiar com o sermos bons?

"O homem é a perfeição do universo; o espírito é a perfeição do homem; o amor é a perfeição do espírito; a caridade a perfeição do amor" (São Francisco de Sales). Daqui, a conclusão: se comçarmos pela bondade, chegaremos pouco a pouco a uma extensão da personalidade que será plenitude de verdade e de bem.

A bondade, com efeito, possui misteriosas irradiações espirituais, é tão suave e encantadora, tão modesta e firme, que somente ela sabe dar asas aos nossos pensamentos, sabe estimular nossos afetos e sabe arrancar do nosso coração infinitos recursos para o bem.

A bondade participa do poder e da beleza do amor; possui a per-

feição espiritual e o poder dos milagres, oriundos da santidade. Possui grandes intuições. "Assim, quando um coração bondoso se aproxima de nós, vem carregado das insondáveis energias do amor e da santidade. A luz maravilhosa que irradia o coração bom circunda a todos, opera transformações inconcebíveis. A bondade assimila o bem e o irradia.

Mas a bondade, como fator de expansão da personalidade, tem seus inimigos: soberba, falta de espírito de sacrifício e impureza. A bondade reinará se conseguir a tríplice vitória sobre seus inimigos. Então a humildade, o sacrifício e a pureza constituirão a trilogia sobre a qual se assenta a legítima bondade.

A soberba, o egoísmo em tôdas as suas formas e a impureza são três vícios que encerram a personalidade dentro dos limites da destruição e da morte. Livrando-se desta tríplice escravidão, goza-se de uma paz sem limites, prometida por Nosso Snhor.

A soberba rouba a paz; o egoísmo mata a paz; a impureza suja a paz, e, sem paz, não há possibilidade de existir a bondade.

A bondade consiste em querer o bem e em fazer o bem. Apodera-se, então, dos pensamentos, comunicando-lhes sua própria virtude, orientando-se para o bem. Então, os pensamentos, como abelhas industriosas e laboriosas, carregadas de pólen, não pensam senão em fabricar o mel. Idêntica tarefa realizam os sentimentos que surgem no coração; em contato com a luz da bondade, adquirem matizes encantadores que constituem a beleza do viver, para si e para os outros.

As palavras, expressão destes maravilhosos pensamentos, traduzem tôda doçura daquele mundo interior, e como que nos aprisionam nas suas delicadas rêdes. "Quem seria capaz de descrever os mistérios que encerra a linguagem de um coração bondoso? abate os gigantes, afugenta os monstros, ressuscita os mortos, abre horizontes, constrói jardins, fertiliza desertos, cria corações novos, converte a noite em pleno dia, destrói a dor, semeia alegria, torna-se o sorriso de Deus no rosto do homem".

Deus dispôs que não se possa fazer nenhum bem ao homem, senão amando-o. Por isso a bemaventurança assim reza: "Bemaventurados os mansos de coração, porque eles possuirão a terra". Josué foi eleito para governar o seu povo porque era "o mais manso entre os filhos dos homens".

Só a bondade possui o segredo de tôdas as transformações; por isso ela é a virtude formadora por excelência".

"A bondade é uma virtude modesta — disse Guibert. — Não é brilhante como o gênio, nem ruidosa como o valor guerreiro. Escondida na sombra e no silêncio, faz o bem e com êle se contenta. Não é dessas plantas altivas que desafiam as alturas; prefere a fecundidade dos vales escondidos. É do número daquelas virtudes humildes que, segundo a expressão de São Francisco de Sales, florecem ao pé da Cruz".

Apesar de sua modéstia, como é profunda sua ação nas almas! Continua Guibert: "Cem vêzes temos experimentado esta ação da

bondade. Olhares benévolos nos têm consolado nas tristezas. Doces e confortadoras palavras ressoaram em nossos ouvidos, como a música celeste dêste mundo, suavemente abrandando as nossas penas”.

Interessante é a relação entre a bondade e a liberdade. Todos temos o sentimento nato de nossa liberdade e a defendemos com uma força sem igual, com a máxima reação. Todavia, em muitas circunstâncias, se não entregamos a nossa liberdade, nos escravizamos; ao contrário, se a entregamos, reconquistamos, então, uma ampla liberdade. Assim, por exemplo, o menino que não se entrega, não se forma. Entregando-se forma-se, e com esta formação se prepara para ser livre. Mas é a bondade que possui o segredo dêste aparente fracasso da liberdade, para possuí-la em forma superior.

A bondade atrai as almas, ilumina-as, reforma-as, dá-lhes alegria e paz; fortifica nos combates, e leva a feliz término os sonhos. Os pensamentos bons embelezam a alma e levam-na a irradiar continuamente a sua bondade. Como é maravilhoso estar junto de um coração bondoso!

O bom coração está dotado de um instinto quase divino para intuir, advinhar, prevenir. Assim, nada lhe é oculto e indiferente, porque tudo tem um valor para o seu coração. O coração bom tem o dom de ser oportuno e delicado. Sua humildade o faz prudente, comedido, recolhido, puro. Insiste sem estar a golpear; persevera sem ser molesto; defende sem fazer alarme; triunfa sem se gloriar; domina, embora não o pareça.

O coração bondoso parece que vive num outro mundo. É maravilhoso o poder dêste coração. “Ele penetra na nossa psicologia e a conhece peça por peça. Desarma-nos e arma-nos de novo e forja em nós uma nova personalidade, a despeito dos fracassos de todos os outros métodos. Veja-se, por exemplo, os grandes e numerosíssimos fracassos dos métodos psicológicos que foram superados por um só gesto de bondade.

Tudo o caráter de um homem se forja em seus pensamentos. Cada indivíduo é mais filho de seus pensamentos de que de seus pais. “Quem pensa habitualmente com pensamentos de bondade, não está longe de ser santo”.

Palavras bondosas! Nem sempre podemos fazer chegar à via dos fatos nossas boas intenções. Nada, porém, nos impede de chegar a todos e em qualquer momento, com uma palavra que exprima os nossos melhores e sinceros desejos.

A palavra chega a todos e pode expressar tudo. “Tão importante é esta ação das palavras bondosas, que elas encerram em si a mensagem mesma de Deus; a redenção, a fé, a doutrina da Igreja, isto é, tudo o que Deus-Amor quer comunicar para salvar os que o amam”.

A palavra chega à inteligência e ao coração. Arranca as almas da ignorância levando-as até Deus. Põe bálsamo nas feridas, luz nas mentes, agilidades nos membros, liberdade nas cadeias que nos prendem.

O nosso linguajar seja doce, franco, claro, sincero, natural e veraz. Só assim tem êle dignidade e pode, então, ser chamado cristão.

"A nobreza sobrenatural das nossas almas deve manifestar-se no encanto das palavras impregnadas de verdade e de amor".

A bondade também se manifesta no exercício do bem. A força da palavra são as obras (São Bernado). Santo Agostinho acrescenta: "falar mais com as obras do que com as palavras". Foi este o modo divino de proceder do bom Mestre, do Mestre divino: "Jesus começou a fazer e a ensinar".

Trabalhar é dar algo de si mesmo. Dar em todos os sentidos; uma dádiva material ou espiritual; dar uma palavra, um sorriso, um olhar bondoso, o melhor de nosso tempo, o melhor de nosso espírito. É dandó que se recebe. "Tudo o que fizerdes a um destes pequenos a mim o tereis feito". São João é claro e preciso: "Filhinhos meus, não amemos só de palavras e com a língua, mas com obras e em verdade" (1 Jo 3,18). Nosso Senhor nos traçou o caminho do bem e da verdade. O Catecismo nô-lo recorda quando diz: "Dar de comer a que tem fome, e de beber a que tem sede, dar de vestir ao desnudo, pousada ao peregrino; visitar os enfermos e os encarcerados e enterrar os mortos".

Não esqueçamos o provérbio da Bíblia: "Agrada mais a Deus a prática da caridade e da justiça que o oferecimento das vítimas" (Prov. XXI, 3).

"Enquanto temos tempo, façamos o bem" (São Paulo). Sejamos bons, vivamos na bondade.

Concluamos. Todos têm ânsia de felicidade. É o sonho dourado de tôdas as idades. Mas, qual é a nossa verdadeira felicidade? Deus, princípio e fim da vida humana. Como chegar até Deus? Caridade, amor, bondade. O mundo quis construir-se sem virtudes; e o resultado? Agoniza na podridão dos vícios. Mas junto a tantas trevas há também luz, muita luz. Essa luz são as almas que o conheceram no próprio caminho e tiveram coragem de forjar-se na virtude. Almas que souberam triunfar. A bondade constitui para ela a glória e a felicidade. São cópias daquele que é Verdade e Amor. Por isso o mundo ainda se sustém, porque há almas boas. "Não esqueçamos os dez justos da Bíblia que podiam ter impedido a destruição e o castigo".

Estas palavras não são somente para finalizar. São um chamado. O campo está aberto. Fazem falta almas valentes que deixem de sonhar em reformar o mundo, para começar a reforma de si próprias; almas que comecem o trabalho da própria transfiguração; pois uma alma que se eleva, eleva consigo o mundo".

Caminheemos em caminhos de luz! Cantemos com nossas obras a glória daquele que nos fez reflexos vivos da sua **Divina Bondade!**

ADMINISTRAÇÃO DAS CASAS RELIGIOSAS

O problema da conservação de alimentos

Dr. Pierre Aubry
(especial para a Revista da CRB)

Observações Gerais

O assunto que vamos abordar prende-se à conservação de alimentos, mas antes de entrar na matéria lembraremos que nêle está também implícita a idéia da produção. Se esta última é etapa fundamental para o abastecimento das populações, não podemos deixar de reconhecer que a conservação se sobleva em importância. Tanto assim é que, em tôdas as épocas, a preocupação em conservar os alimentos antecedeu à de produzi-los.

Dados históricos nos indicam que o homem primitivo se alimentava de caça e de pesca. Quando bem sucedido na caça, comia a fartar, mas passava fome nas épocas de escassez, já que desconhecia qualquer método de conservação para os seus alimentos.

Com o desenvolvimento das técnicas, chega-se à época em que o homem já cultivava a terra, domesticava os animais, visando formar reservas alimentícias mais seguras, mas esbarrando sempre com o problema da conservação dos alimentos nos períodos de abundância para os de escassez.

Muito cedo parece que o homem lançou mão da desidratação, expondo a carne em pedaços finos à ação de raios ultra-violetas do sol e ao vento para assim, conservá-la, processo que ainda está em uso até os nossos dias. O processo da desidratação foi largamente usado na última guerra mundial, com a finalidade de abastecimento de tropas a distâncias consideráveis da base e para poupar espaço nos transportes. Além da desidratação, os nossos ancestrais também usavam a salga dos alimentos a fim de prolongar a sua conservação, facilitando-lhes provisões para longas viagens e migrações. Os gregos já empregavam o sal como conservador, antes da era cristã, e o próprio Plínio afirmava que não havia na natureza nada mais útil e valioso que o sal e o sol.

A defumação também foi conhecida há muitos séculos e empregada como coadjuvante na conservação dos alimentos.

No século XIX, surge grande progresso na arte de conservação dos alimentos, com a observação e as publicações de Appert sobre a conser-

vação de alimentos em recipientes fechados e submetidos ao calor de banho-maria. Com o aparecimento posterior dos autoclaves à pressão e dos recipientes de fôlha de flandres a conservação pelo calor tomou grande incremento.

O frio natural como conservador de alimentos, já era utilizado desde a antiguidade pelos povos nórdicos que dispunham de rigoroso inverno, mas somente com a invenção das máquinas de compressão é que se iniciou a era do frio industrial em larga escala. E somente em 1870 conseguiu Teller transportar carne em navio frigorífico de Rouen a Buenos Aires. O frio industrial foi evoluindo e chegou a ser o meio mais usado na conservação de alimentos.

A conservação possibilita o abastecimento normal da população e, principalmente nos dias de hoje, permite a redução dos preços. À medida que as cidades crescem, que se adensam as populações, que se distanciam os centros de produção, o tema da conservação dos alimentos, torna-se mais atual e palpitante. Apologistas do alimento puro curvam-se em face da impossibilidade de atender às exigências do abastecimento. Por isso, a conservação é um tributo que a humanidade paga, às vezes pesadamente, pela sua civilização e pela expansão de seus núcleos populacionais.

De maior ênfase se reveste o assunto ao refletirmos sobre o volume de perdas de alimentos que se observa em todo o mundo, inclusive para infelicidade nossa, no Brasil, pela deficiência ou ausência de meios de conservação adequados.

Apesar dos ingentes esforços dispendidos para a conservação e meios eficientes de conservação, ainda não chegamos a um método que possa ser considerado ideal. Depois que a Academia Francesa de Ciências deu seu veredicto favorável ao método Appert e depois do frio artificial como agente eficiente de conservação, não pararam aí as buscas de novos processos com o objetivo de melhor proteger os alimentos destinados à alimentação humana.

Lancemos um olhar para o enlatamento assético Martin, para a Uperização e para a esterilização comercial do leite e teremos então a justa medida do trabalho desenvolvido pelos cientistas interessados em aperfeiçoar os métodos de conservação, porque até hoje nenhum deles pode ser considerado como perfeito. Tomando como exemplo os métodos de aplicação de temperaturas, calor e frio, indubitavelmente, os mais importantes e mais difundidos, vejamos alguns dos defeitos que apresentam, criando às vezes obstáculos intransponíveis que a técnica ainda não conseguiu remover.

O conceito da aplicação do calor é de que a conservação do alimento é teoricamente indefinida. Entretanto, sabemos que, na prática, a duração é muito limitada e que os caracteres físico-organolépticos do alimento se alteram enquanto o valor nutritivo, pela desnaturação das proteínas, desequilíbrio de sais e destruição de vitaminas, é sensivelmente prejudicado. Mas juntamos a isso os defeitos dos recipientes utilizados nas conservas enlatadas e traduzidas pelas diversas manifestações da corrosão, porque a temperatura foi excessiva ou porque a estanhagem foi defeituosa,

ou não houve o necessário envernizamento. E no entanto, os erros de esterilização poderão causar danos muito maiores do que simples enegrecimento da superfície interna das latas ou das manchas violáceas habitualmente encontradas nas conservas de peixes.

E' de conhecimento geral que a melhor forma de aplicação do frio, isto é, aquêlc que permite a fixação do alimento por tempo prolongado, possibilitando armazenamento e transporte a distância, é a congelação. Entretanto, grandes são as dificuldades suscitadas por êsse processo e nas principais capitais brasileiras muitas vêzes assistimos aos movimentos populares contra carnes assim conservadas, principalmente porque a congelação foi mal conduzida e a descongelação não obedeceu a condições técnicas apropriadas.

Pois bem, êstes dois exemplos são suficientes para mostrar que todos os métodos de conservação conduzem a defeitos, alguns dêles graves e que a técnica não consegue eliminar. Eis a razão de perseverante trabalho dos cientistas em busca de melhores métodos de conservação de alimentos.

Etapa de estudos e experiências com antibióticos para conservação de alimentos.

O sucesso decorrente do uso dos antibióticos no combate às infecções e, mais recentemente, a sua introdução em nutrição animal para obter o crescimento e engorda mais rápido, abriu caminho para o emprêgo dessas substâncias contra a decomposição dos alimentos.

Desde 1941, grandes equipes de cientistas estão se dedicando ao estudo da aplicação de antibióticos na conservação dos alimentos, e os progressos nêsse sentido têm sido extraordinários. Ao lado dos antibióticos de ação limitada sôbre poucas espécies bacterianas, têm-se descoberto alguns de grande espectro de atividade, sôbre grande e variado número de bactérias.

A primeira tentativa foi feita em 1944 por H.L.A. Tarr, em Vancouver, no Canadá, que usando ácido penicílico, não obteve êxito na conservação do filet de peixe. Também Curran e Evans em 1946, experimentaram a penicilina na conservação do leite, porém sem melhores resultados devido à diversidade da flóra microbiana existente no alimento. Melhores resultados tiveram mais tarde, E. J. Foley e J. V. Byrne.

Os trabalhos prosseguiram em outros setores e, em 1949, Andersen e Meischner no Laboratório Regional Oeste de Albany, tentaram o emprêgo de diversos antibióticos. Em seguida, em 1951, Bohrer apresentou o seu trabalho e E. J. Cameron os resultados das provas técnicas da National Cannery Association.

O entusiasmo dos tecnologistas de alimentos não arrefeceu diante das tentativas empreendidas com o objetivo de obtenção da chamada esterilização fria. Em 1952, Tarr e colaboradores, experimentando 14 diferentes antibióticos, verificaram que, enquanto os seletivos não tinham ação, os de amplo espectro definitivamente prolongaram a conservação do filet de peixe. Os mais eficientes em ordem decrescente, foram a cloro-

tetraciclina, a oxitetraciclina e o cloranfenicol.

É assim que Goldberg e colaboradores em 1953, experimentando 6 antibióticos, evidenciaram a eficiência de alguns deles na conservação de carne moída de bovino e, no mesmo ano, Weiser e colaboradores conseguiram, pela infusão da Aureomicina (clorotetraciclina), conservar carcaças de bovinos em temperatura ambiente. Ainda em 1953, Lepovetsdy e colaboradores experimentaram "in vitro" os três antibióticos usados por Tarr e colaboradores de Goldberg e isolados de 492 amostras de carne em estado de decomposição. Verificaram assim que das 93 amostras isoladas da carne, 81 eram sensíveis à Aureomicina (clorotetraciclina), 77 à oxitetraciclina e 74 ao cloranfenicol. Desta maneira ficou evidente a eficiência da clorotetraciclina. Estes resultados foram confirmados em 1954 por Weiser, Kunkle e Deatherage.

Multiplicaram-se, assim, os trabalhos sobre o assunto, convido assinalar o de Farr e colaboradores em 1954, Kohler e colaboradores em 1955 e o de Firman e colaboradores em 1956.

O problema de antibióticos na alimentação e vários aspectos da saúde pública foram discutidos na Primeira Conferência Internacional sobre o uso de antibióticos na Agricultura, no mês de outubro de 1955. No decorrer dessa conferência Dr. Tarr afirmou: "Já prolongados estudos demonstram ter sido a Aureomicina (clorotetraciclina) sempre mais ativa, todos os nossos trabalhos deverão ser conduzidos com este antibiótico".

Estes assuntos também foram focalizados durante o IV Simpósio Anual de Antibióticos. Novamente em julho de 1957, em Londres, durante a Conferência Internacional de Suplementos Químicos na Alimentação, o assunto mereceu uma relevante consideração. Nos princípios de 1958, o Dr. F. S. Thatcher, dos Laboratórios Canadenses de Alimentação e Drogas, contribuiu com uma boa revisão do problema sob o tema dos "Antibióticos na Nossa Alimentação".

Finalmente em julho de 1958, no IV Simpósio dos Aditivos Alimentares em Paris, Dr. Wilbur H. Miller, apresentou tese sobre aspectos práticos de tecnologia antibiótica.

Na base de todos os estudos científicos e realizações práticas, podemos afirmar o seguinte:

Para que o antibiótico possa ser útil na conservação de alimentos, necessário se torna que preencha certas condições fundamentais como sejam:

- a) não seja tóxico;
- b) seja ativo em doses diminutas;
- c) possua largo espectro de ação;
- d) seja econômico;
- e) não altere os caracteres organoléticos dos alimentos;
- f) seja eliminado ou destruído no alimento pelas enzimas próprias ou pelos processos culinários habituais.

Podemos neste ponto afirmar também que a Aureomicina é o antibiótico que corresponde a todas essas exigências.

A Descoberta da Aureomicina

Transcorreu, há poucos meses, o décimo aniversário da descoberta da Aureomicina (clorotetraciclina), pelo Dr. Benjamin Duggar. A descoberta foi levada a efeito nos Laboratórios Lederle da América Cyanamid em Pearl River (Estado de Nova York). Muitas das pessoas que hoje usam a Aureomicina, conhecem-na apenas como "mais um antibiótico"; não sabem, contudo, quanto trabalho e sacrifício custou a sua obtenção.

Em 1948 um grupo de cientistas reuniu-se na Academia de Ciências de Nova York para ouvir o relatório sobre um novo antibiótico; anunciava-se que seria o mais poderoso dos antibióticos até então conhecidos do homem.

Os patrocinadores daquela conferência assim como os cientistas presentes formaram no grupo dos que haviam lutado pela descoberta de um antibiótico de amplo espectro. Dirigia a conferência o cientista da Cyanamid, Dr. Benjamin Duggar.

Já nessa época a penicilina estava sendo produzida por um mófo de grande tamanho, mas o Dr. Duggar achava que seria possível descobrir um medicamento mais eficaz entre os môfos menores. Centenas de amostras de terra foram remetidas ao seu laboratório, de tôdas as partes do mundo. A fim de executar o programa de seleção, foi organizada uma equipe formada de químicos, bacteriologistas, farmacologistas e outros especialistas. Em um ano, esta equipe examinou cerca de 30.000 diferentes espécies de môfos, dos quais apenas 3.400 passaram nas provas. Então em uma pá de terra apanhada nos terrenos da Universidade de Missouri, foi encontrado um mófo que demonstrou ser eficaz contra mais de 50 espécies diferentes de germens. O nome Aureomicina é devido a cor dourada do antibiótico. Na reunião já referida os cientistas foram informados das conquistas da nova substância, mas a maior vitória do antibiótico foi ter provado a sua eficiência contra muitas infecções bacteriológicas que estavam além do alcance de qualquer droga até então descoberta.

Ao término da conferência, os cientistas compreenderam que tinham assistido ao nascimento da maior arma do homem contra as infecções. E' justamente a mesma arma que, hoje, proporciona seu recurso para defender a raça humana, contra a deterioração e perda de valiosos meios de alimentação.

(Continúa no próximo número)

OBRIGATORIEDADE DO CURSO DE PASTORAL

Respondendo a uma nossa consulta, recebemos do Revmo. Pe. Arcádio Larraona, Secretário da S. Congregação dos Religiosos, a seguinte carta que publicamos na íntegra, traduzindo do italiano.

**SACRA CONGREGAZIONE
DEI RELIGIOSI**

Roma, 3 de março de 1959

Reverendíssimo Padre,

Em relação à carta de 6 de fevereiro p. p. enviada por V. Revma., posso comunicar-lhe o seguinte.

O ano de pastoral, depois da promulgação da Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae", é obrigatório para todos os neo-sacerdotes religiosos, enquanto os estudos clericais para ditos neo-sacerdotes não terminam no fim do quadriênio teológico, mas depois do "curriculum pastorale" de que se fala no art. 48 dos Estatutos Gerais da "Sedes Sapientiae".

Portanto o Sacerdote de quem fala V. Revma., mesmo tendo sido ordenado em novembro de 1956, é obrigado a frequentar o ano de Pastoral já que a Const. Ap. "Sedes Sapientiae" e os anexos Estatutos Gerais, tendo sido promulgados no dia 31 de maio de 1956, começaram a vigorar três meses depois, isto é a 31 de agosto de 1956.

Quanto, porém, à jurisdição para ouvir confissões, nada impede que dito Sacerdote continue a usufruir da mesma, ainda mais que o curso de pastoral é um curso teórico-prático, isto é, unido ao exercício do ministério pastoral.

de V. Revma. devmo.

Pe. Arcádio Larraona C. M. F.

A consulta, que nos foi apresentada por uma Congregação Religiosa, foi a seguinte:

Nossa Congregação, tal como outras, goza do privilégio de seus membros poderem ser ordenados ao finalizar o 3.º ano de teologia. Um dos padres de nossa Congregação foi ordenado em novembro de 1956, ao concluir o 3.º ano teológico. Em fins de 1957 o padre em questão concluiu o 4.º ano de teologia e, logo em seguida, feitos os devidos exames, recebeu jurisdição para ouvir confissões.

Pergunta-se: 1) Tal padre estará obrigado a cursar o ano de pastoral prescrito pela Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae"? 2) Em caso afirmativo, dever-se-ia cassar-lhe a jurisdição durante o ano de pastoral?

DA PRECEDÊNCIA DAS RELIGIOSAS NA MESA DA COMUNHÃO

CONSULTA: A Instrução reservada de 8 de Dezembro de 1938 sobre a comunhão frequente proibirá também às religiosas a observância da precedência ao se aproximarem da s. mesa?

O ilustre remetente desta pergunta informa, gentilmente, que a consulta andou pelo Brasil inteiro e “não foi encontrado quem pudesse escrever a respeito”. Perdoe-nos o prezado colega a suposição de que não foi encontrado quem *quisesse* manifestar a sua opinião sobre esta questão um tanto delicada, mas frequentemente levantada por sacerdotes e religiosas. Ainda que, diante disto, pareça arrogância da nossa parte, tentaremos dar uma resposta, atendendo assim ao digno consulente e às irmãs interessadas.

A Instrução, por muitos erroneamente considerada secreta, foi chamada reservada, porque não foi publicada no Comentário oficial da Sé Apostólica e não foi endereçada a todos os fiéis ou pessoas em geral, mas unicamente aos Exmos. e Revmos. Srs. Arcebispos, Bispos, Ordinários locais e Superiores maiores das Ordens e Religiões clericais. O seu escopo era duplo: a) proteger a liberdade de consciência, e b) garantir, quanto possível, a recepção digna e frutuosa da s. comunhão. Sob estes dois aspectos genéricos quis, sem dúvida atingir tanto os seminários e colégios, como também as comunidades religiosas. Segue-se isto claramente do título, vasado nêstes têrmos: Instrução... sobre a comunhão cotidiana-habitual e quase geral nos seminários, colégios, *comunidades mesmo religiosas* e dos abusos a evitar nelas. Interpretando o sentido dêste documento, Larraona escreve sem nenhuma ressalva: O que, em atenção à natureza humana “cui assueti vilesunt”, foi possível temer e conjecturar, deu-se realmente, como a experiência demonstrou. Pois a recepção geral, frequente e cotidiana da Ssma. Eucaristia que costuma ser feita nos seminários e *comunidades religiosas*, como também nos colégios... foi, frequentemente, a causa de uma comunhão verdadeiramente sacrílega, por ter sido feita com a consciência de pecado grave e pelo temor de que a omissão pudesse suscitar nos demais alguma suspeita acêrca do verdadeiro estado da alma, etc., muitas vêzes também sem reta intenção e por motivos meramente humanos. Ninguém que tiver alguma experiência, ignora até onde vai a verdade de tudo isto (CpR, XX(1939), p. 213). A própria Instrução lembra as comunidades religiosas expressamente (cf. II, 2,c). Olhando para as comunidades religiosas, muitas vêzes compostas de candidatas, postulantes, noviças e irmãs nem sempre bastante enérgicas e resolutas nas questões de consciência, a S. Congregação devia incluí-las numa Instrução tão importante.

Todavia, seguir-se-á disto também que tôdas as normas contidas nesta Instrução e, particularmente, as diretrizes referentes ao acesso à mesa da comunhão obriguem também as religiosas? Levando em consideração o parecer comum dos escritores, a nossa resposta há de ser negativa. O extremecido Frei Aleixo, interrogado sobre o mesmo assunto, afirmou categoricamente: “Êstes escrúpulos não têm importância. As Religiosas são pessoas adultas e não crianças; sabem, portanto, que não podem aproximar-se da sagrada mesa, quando a consciência

lho proíbe e não se deixarão arrastar pelo respeito humano, como sói acontecer com as crianças" (REB, XIV (1954), p. 739). Confirma-o o Pe. Larraona, acrescentando porém: Ainda que estas coisas estatuidas na Instrução (e ditas com relação aos colégios e seminários), diretamente não atinjam os religiosos e religiosas nem para êles sejam tão urgentes, contudo, ninguém que tiver alguma praxe de ministério sagrado terá a coragem de negar, prudente e sãbiamente, que devam ser lembradas, sobretudo nos colégios, noviciados e comunidades de *religiosas*. Por êste motivo, pode-se recomendar, com razão, o abandono da ordem de precedência no acesso à sagrada mesa e a abolição do costume de tomar da cogula, capa e outras insígnias semelhantes ou trajes especiais, reservados para os que desejarem receber a s. comunhão (CpR XXI (1941), p. 181).

Cesar Zerba, comentando ligeiramente a Instrução, expressou-se mais positivamente: No que, por fim, concerne ao terceiro remédio, ou seja o modo de aproximar-se da sagrada mesa nas comunidades, a Instrução fornece egrégias normas. Para proteger da melhor maneira a liberdade dos membros ao fortalecer-se da ceia eucarística ou ao abster-se dela, é preciso evitar, diligentemente, que os que se achegam ao altar em nada se distingam dos que não se aproximam. Daí não se indique aos que comungarem os primeiros lugares e aos outros os últimos; êstes não usem de vestes mais festivas do que aquêles ou de qualquer outro sinal. Os clérigos e religiosos comunguem, portanto, sem sobrepeliz e as monjas sem manto especial, ou, se quiserem usá-lo, não devem vesti-lo pouco antes da comunhão, mas todos os membros usem-no indiscriminadamente desde o começo da missa. O acesso dos comungantes ao altar não seja feito segundo uma ordem preestabelecida ou quase militar, mas numa santa desordem e promiscuidade, sem levar em consideração que assim a distribuição da s. comunhão exigirá mais tempo (Apollinaris, 1940, pp. 25-26).

O Pe. Creusen adverte ainda que: "Los religiosos deben abstenerse con cuidado de andar fijandose en quiénes frecuentan la Sagrada Mesa y sobre todo, de hacerla objeto de conversacion. Si un religioso, por estar encargado de observar la conducta exterior de la comunidad, o sin haberlo buscado, notara que un miembro de la comunidad se abstiene prolongada o frecuentemente de comulgar, podría, y a veces debería, comunicar el hecho al Superior. Un aviso discreto dado al confessor, será con frecuencia el mejor medio de ayudar caritativamente a un alma relajada o inquieta.

"Para facilitar la abstencion de la comunión a los religiosos que la deseen, evitasse el acceso a la Sagrada Mesa segun el orden de precedencia o cualquier otro orden estritamente determinado" (Creusen, J. SJ, Religiosos y Religiosas, Bilbao 1947, p. 209, citando em favor da mesma opinião: V. E. Bergh, Pour la sainteté de la communion fréquente, RCR, 1939. 119 sgs. 141 sgs).

Concluimos das citações alegadas que os autores, de acôrdo com a Instrução, insistem na necessidade de evitar tudo quanto possa entrar ou diminuir a liberdade das comungantes, mas que dão apenas conselhos e admoestações no que se refere ao abandono da ordem durante a comunhão. A razão é porque não encontraram apoio nos documentos eclesiásticos. A própria Instrução, falando neste ponto, diz apenas: Evitem-se tôdas as coisas capazes de tornar mais difícil

a condição *do jovem* que quer abster-se... (cf. II,3,c). No entanto, não queremos omitir as advertências com que a S. Congregação finaliza a sua Instrução: Estes são os remédios principais que esta S. Congreg. tem julgado conveniente oferecer aos Exmos. Bispos, Ordinários locais e Superiores religiosos maiores a fim de evitar abusos... Mas, a mesma S. Congregação exorta os Exmos. Prelados que, segundo a sua prudência e zelo pela salvação das almas, acrescentem outros remédios que julgarem convenientes de acôrdo com as circunstâncias locais e pessoais de cada Instituto (cf. III).

Antes de terminar nossa exposição, quer-nos parecer necessário dizer algo sôbre o meio que, de acôrdo com a Instrução, reputamos mais eficiente para banir ou prevenir, nas comunidades de irmãs, os abusos em questão. As próprias religiosas ponderem o que diremos a seguir.

Anos atrás, tivemos ocasião de desaconselhar a observância da ordem de precedência durante a s. comunhão. Foi um desespero. Qual das postulantes, noviças e mesmo professoras teve a coragem de chegar primeiro à mesa da comunhão? Quem não percebeu os pensamentos e sentimentos de confusão que lhes iam na alma naquêles momentos? Nada mais restou da devoção e piedade costumeiras!

A estreiteza de determinadas capelas força a observar uma certa ordem, sobretudo, quando a mesa de comunhão dá lugar para duas pessoas apenas. Não há dúvida que em igrejas grandes e espaçosas, possibilitando a saída de ambos os lados dos bancos e com mesa de comunhão comprida, o problema poderá ser resolvido mais facilmente. Mas, deixar-se-á de perceber a ausência de alguma religiosa, principalmente, quando se tratar de comunidades menores, ou terá uma irmã mais ânimo par abster-se só porque a igreja é mais ampla? Nos colégios e nas escolas, as religiosas poderão ir *promiscuadamente* com as meninas ou alunas, mas estas não notarão, se de fato alguma se abster da s. comunhão? Sinceramente, não achamos que este meio por si só seja suficiente para eliminar todos os embaraços que podem afligir uma alma medrosa. "The elimination of precedence in receiving Communion is something with which I can agree, but I most seriously doubt the efficacy that is often attributed to it. One may also legitimately inquire what efficacy this elimination has when the religious continue to sit in the chapel according to rank" (Gallen, Jos. F., SJ. Practice of the Holy Sac. Mimeografiado. 1958, p. 19)

Antes e depois da publicação da presente Instrução tem-se discutido se seria conveniente aconselhar aos Superiores leigos ou aos moços e religiosos de aprimoradas qualidades morais que renunciassem, vêz por outra, à s. comunhão, para que os demais se sentissem mais livres e desembaraçados. Assim escreve Mons. Ehl, "Poder-se-ia mesmo recomendar que de tempos em tempos, uma irmã, p. ex. a Superiora, a mestra das noviças, se abstenha da comunhão, ostensivamente, com o fim único de salvaguardar a liberdade e de impedir os resultados funestos de um constrangimento demasiadamente grande. Este motivo basta certamente para justificar tal omissão. Isto dever-se-ia aconselhar particularmente nos lugares onde as irmãs comungam ao mesmo tempo que os seculares, porquanto êstes últimos podem facilmente imaginar que as irmãs devem comungar todos os dias e daí julgamentos temerários quando elas não o fazem. Isso, porém, se-

ria completamente em vão, se a dita irmã não fôsse à capela ou à igreja. Poder-se-ia pensar que ela está doente ou tem um impedimento qualquer; c.a. deve permanecer abertamente no seu lugar, quando as outras vão comungar. Se algum dia uma religiosa tiver motivo para não comungar, não sentirá a tentação de não entrar na capela ou na igreja e faltar assim à missa, o que acontece vez por outra" (Ehl, A., *Direction spirituelle des Religieuses*. Desclée Paris, 1948. 119).

Esta proposta foi examinada em tôda a sua extensão pelo Pe. Creusen. (Cf. *Revue des Communautés relig.*, t X (1934), p. 62 segs.). A opinião do abalizado canonista coincide, nos pontos essenciais, com a doutrina do Pe. Vermeersch (Cf. *Periodica*, tom XV (1926), p. (96) seg. De probatione ante s. communionem). O grande moralista sintetiza a sua conclusão mais ou menos nestas palavras: *Tendo ponderado bem as coisas, achamos este conselho pouco oportuno*. Pois: não é necessário, nem é muito útil para o fim almejado, trazendo consigo, além disso, não poucos incômodos. *Não é necessário* uma vez que há várias outras maneiras de garantir a liberdade da abstenção. *Não é muito útil*, pois numa grande comunidade não falta quem, às vêzes, deixe de comungar, e as comunhões omitidas não se tornam tão conhecidas. Numa comunidade menor, mas fervorosa, o caso raro que se possa dar, não compensa a abstenção proposital por parte dos clérigos e religiosos bons. *Nem está livre de incômodos*. Poder-se-á porventura, prudentemente, indicar o motivo dêste conselho aos adolescentes, embora sejam os melhores e a qualquer Superior leigo ou (pior ainda) a tôda Superiora? Quem não prevê a perturbação do espírito e as suspeitas a que, desta maneira, se prepara caminho? Todavia, se não explicarmos o motivo, qual então a razão de darmos conselhos contrários aos cânons? Ademais, onde tôdas as religiosas costumam comungar diariamente, a abstenção iterada da Superiora não insinuará menor fervor da parte dela, de sorte que daí a edificação da comunidade venha a ser prejudicada? Opinamos, portanto, que procede mais prudentemente aquêle que não se conforma com conselhos singulares a fim de garantir os ofícios comuns. Bergh apoia e defende a mesma doutrina no artigo citado à pag. 143. É claro que a argumentação não é constringente, admitindo, por isso, objeções e interpretações outras. Pessoalmente não somos muito favoráveis às normas exteriores. Quer-nos parecer, pois, que tôdas as regras, embora boas em si, podem perturbar ainda mais as consciências de religiosas medrosas e irresolutas.

No nosso fraco entender julgamos mais importante instruir e formar as religiosas segundo a sã moral católica. Esta instrução deve começar logo depois da entrada das candidatas. Todavia, a formação não se restringirá às novas, mas, conforme as necessidades, há de estender-se a tôdas as religiosas que, em desacôrdo com as leis da Igreja, virem uma falta na omissão ocasional da s. comunhão, ou suspeitarem logo de algum peccado graave, pensando, portanto, erroneamente que êste seja o único para as irmãs, vez por outra, deixarem de comparecer ao banquête eucarístico. Nêste ponto subscrevemos, integralmente, as palavras de Mons. Ehl: Tanto é preciso favorecer às religiosas a comunhão frequente e cotidiana, como se deve evitar ir longe demais nesse ponto. É necessário acentuar bem que a comunhão frequente é apenas um desejo, um conselho, e não uma ordem seja de Deus, seja da Igreja. Não é peccado, portanto, omitir a co-

munhão um dia ou outro. Seria pecado se se omitisse por motivo culpável ou então se a omissão ocasionasse tantas desvantagens na vida espiritual que por isso se devesse considerar pecado. Não é preciso admitir pecado facilmente quando a omissão acontece só raras vezes. Ouvem-se, às vezes, pessoas de consciência não formada acusar-se de ter omitido a comunhão em casos onde não se tratava de pecado. Não é preciso, pois, converter um ponto de fervor religioso numa obrigação, sobretudo numa obrigação de tal espécie que, se uma manhã suceder a uma religiosa não se apresentar à mesa da comunhão, atraia, com isso, a atenção de suas superiores ou venha a ser objecto de suas perguntas. As Superiores exigirão severamente que suas filhas não se fiscalizem nem se julguem mutuamente a respeito de suas comunhões e, sobretudo, que não façam entre si nenhuma observação inoportuna a esse respeito. Isto poderia, como toda pressão moral, ter as mais graves consequências: comunhões feitas na dúvida, inquietação, ou mesmo comunhões indignas (Cf. obra citada, pp. 118 a 119).

Tôdas as candidatas e postulantes sejam imediatamente instruídas sobre as condições necessárias para a comunhão frequente e mesmo cotidiana. As religiosas responsáveis pela formação sigam nisso a exposição magistral da "Sacra Tridentina Synodus" e da Instrução reservada (Cf. também, Vaessen, Gu., CM, Observação sobre as condições exigidas para a Comunhão frequente e cotidiana. REB 1956, pp. 445 a 448).

Contudo, as Superiores deêm atenção especial ao que a Instrução lembra e estatui com relação aos confessores e à confissão. Não existiria nenhum problema para as irmãs, se houvesse confessores na hora da precisão. Seria, realmente, o grande remédio, como diz Pe. Gallen: "The great practical and effective means in this matter is the opportunity of confession before daily Mass" (op. cit. p. 19). Mas sendo isto um tanto utópico em nossas circunstâncias comuns, lancemos mão do meio que as leis eclesiásticas oferecem às religiosas. Os sagrados cânones dão ampla liberdade no que diz respeito à confissão. As Superiores facilitem às suas irmãs a recepção deste sacramento, proporcionando-lhes, quanto estiver em suas forças, a oportunidade de se confessarem com qualquer confessor, se assim o desejarem. Observem ainda o prudente aviso da Instrução: "Além disso, os Superiores declarem abertamente aos seus súditos que, embora muito se alegrariam com a comunhão frequente deles, não merecem censura os que a não recebem frequentemente, antes eles tomarão isto por indício de consciência tenra e delicada. Tomem, porém, cuidado os Superiores para que, por fatos, não contradigam as suas próprias palavras. Tendo pois os Superiores de se pronunciar sobre o progresso na piedade dos jovens seus súditos, não tomem em consideração a maior ou menor assiduidade com que os mesmos se aproximam da sagrada mesa". Não se esqueçam, outrossim, da advertência muito importante: mesmo às enfermas só delicada e indiretamente se deve oferecer a Ssma. Eucaristia e levá-la apenas às que, expressamente, a pedirem. É de supor que as religiosas manifestem o máximo zelo para com a s. comunhão e, querendo perseverar na sua santa vocação, não deixarão de empregar o mais eficaz de todos os meios. Falta-lhes, porém, muitas vezes a s. confissão.

Terminando, ousamos afirmar que o remédio mais eficiente para evitar nas comunidades religiosas comunhões indignas ou sacrílegas, está contido nas três palavras: INSTRUÇÃO — FORMAÇÃO — CONFISSÃO.

Frei Franc. Xavier, OFM. (Bahia)

CRÔNICAS DO RELIGIOSOS

Solene Inauguração do Instituto de Pastoral da CRB

Os anais da Conferência marcarão como uma de suas datas mais memoráveis o dia 2 de março p. p., quando, na Capital Paulista, foi solenemente inaugurado o Instituto de Pastoral da CRB.

Implorando as bênçãos de Deus sobre o novo Instituto, às 9 horas, na Igreja de São Francisco, o Exmo. e Revmo. Sr. Dom Antônio Ferreira de Macêdo C.Ss.R., DD. Bispo Auxiliar de São Paulo e Vigário Geral da Arquidiocese de Aparecida, celebrou a Missa do Espírito Santo.

Ato contínuo no salão nobre do Convento de São Francisco realizou-se a solene Sessão inaugural do Instituto, sob a alta presidência do Emo. e Revmo. Sr. Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, DD. Cardeal Arcebispo de São Paulo. Compunham a mesa da presidência também os Exmos e Revmos. Srs. Dom Antonio Maria Alves de Siqueira, Arcebispo Coadjutor de Sua Emcia. Dom Paulo Rolim Loureiro e Dom Antônio Ferreira de Macêdo, Bispos Auxiliares de Sua Emcia., o Revmo. Sr. Dom Martin Michler OSB, DD. Presidente da CRB, o Revmo. Pe. Irineu Leopoldino de Souza, SDB, Secretário Geral, o Revmo. Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R., Sub-Secretário e Secretário do Instituto de Pastoral, e o Revmo. Irmão João de Deus PFM, recém-nomeado Sub-Secretário da CRB.

Iniciou a solene sessão o Revmo. Presidente da Conferência, apresentando o Instituto de Pastoral da CRB como resultado da preocupação pastoral da Santa Sé que se manifesta, de modo particular, em dois recentes e importantes documentos pontifícios; a Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae" de Pio XII, em 1956, decretando para os Religiosos do mundo inteiro, depois do quadriênio teológico, um ano especial de formação pastoral, e a alocução do Santo Padre João XXIII aos Cardeais, Arcebispos e Bispos da América Latina, em novembro do ano passado, na qual o Papa apresentou diretrizes concretas para a pastoral em nosso continente.

O Secretário Geral da CRB relevou como o Instituto de Pastoral constitui uma prova patente da vitalidade da Conferência, no terreno religioso e apostólico, como coroação natural dos múltiplos empreendimentos apostólicos da CRB. A suprema vocação do Instituto será, pois, a de se tornar um centro para orientar a formação e atualização dos Religiosos e Religiosas do Brasil, sob todos os seus aspectos, religioso, apostólico e profissional. Concluindo, o Secretário Geral fez votos para que o Instituto fundasse, quanto antes, filiais no Sul e no Nordeste do País, para que não apenas os Religiosos do Centro, mas os do Brasil inteiro, possam aproveitar de seus benefícios.

Finalmente o Secretário do Instituto, dando a primeira aula inaugural, passou em revista os principais problemas da atualização da Pastoral e os rumos que se impõem para sua solução, pleiteando uma corajosa mas prudente atualização de nossos métodos e técnicas de apostolado.

Encerrando a sessão inaugural, o Emo. e Revmo. Sr. Cardeal Arcebispo de São Paulo pronunciou um prolongado discurso, congratulando-se primeiramente com a Conferência pela magnífica realização de seu Instituto de

Pastoral e, em seguida, comunicando à platéia quatro pontos — que êle chamava “cardeais” — para a cura de almas: a catequese, a assistência espiritual aos moribundos, a pastoral da família e o zêlo pelas vocações sacerdotais e religiosas. Sorrindo Sua Emcia terminava: “Acabo de dar minha primeira aula de Pastoral”.

Aplaudindo vivamente os oradores dessa sessão solene os presentes, entre os quais muitos Superiores Provinciais e locais, Professôres e alunos do Instituto, manifestaram não apenas seu entusiasmo pelo alto valor científico das conferências pronunciadas, mas, e mais ainda, sua satisfação e alegria em ver a CRB começar com mais uma iniciativa apostólica de âmbito nacional, predestinada — Deus o queira — a marcar uma nova época na história da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Frei Jamaría de Sortino OFM Cap.

Damos, a seguir, a relação dos alunos do Instituto de Pastoral com sua respectiva Congregação e Província.

- 1) *Verbo Divino* — SP
 1. Pe. Adriano Cornelissen
 2. Pe. Germano van der Meer
 3. Pe. Danilo Mafficini
 4. Pe. Aparecido José Dias
 5. Pe. Santo Conterrado
 6. Pe. Fernando Gross
 7. Pe. Nicolau da Cunha
- 2) *Redentoristas* — DF
 8. Pe. Tasso Ellen de Barros
 9. Pe. Fábio França
 10. Pe. Moacyr Grossi
 11. Pe. Geraldo Rodrigues Campos
 12. Pe. João Vicente Weitzel
- 3) *Redentoristas* — SP
 13. Pe. Luís Ítalo Zômpero
 14. Pe. Rudy Armindo Olanek
 15. Pe. Carlos da Silva
 16. Pe. Elias Pereira da Silva
- 4) *Salvatorianos* — SP
 17. Pe. Mateus Simonetto
 18. Pe. Canísio Spohr
 19. Pe. Timóteo Nunes
 20. Pe. Bartolomeu Ramos
- 5) *Carmelitas Calçados* — SP
 21. Frei Pio Baars
 22. Frei Rodolfo Jesoirens
 23. Frei Bruno Voorpostel
 24. Frei Ivo Kickebosch
- 6) *Camilianos* — SP
 25. Pe. Hilário Spader
 26. Pe. Atílio Pellegrinello
 27. Pe. Afonso Pastore
- 7) *Padres do S.C.J.* — DF.
 28. Pe. Miguel Moreno
 29. Pe. Geraldo Dantas de Andrade
- 8) *Oblatos de M. Imac.* — SP
 30. Pe. João Burns
 31. Pe. José Mier
- 9) *PP. Estigmatinos* — R. Claro
 32. Pe. Dalton Chaves
 33. Pe. Waldir Stolf
- 10) *Congr. de Sion* — SP
 34. Pe. José Nunes Serrados
 35. Pe. Daniel Denubila
- 11) *Miss. de S. Fr. S.* — SP
 36. P. Tomas Pieters
- 12) *Benedictinos* — SP
 37. Dom Tarcísio Rodrigues da Costa
- 13) *Padres SS.CC.* — DF
 38. Pe. Osvaldo Gonçalves
- 14) *Padres Palotinos* — SP
 39. Pe. João Hummel
- 15) *Eremitas de S. Ag.* — SP
 40. Frei Bento Gomez Yniguez
- 1 *Aluno ouvinte do Curso*
 - Pe. José Maria de Jesus, dos Passionistas da Prov. de S.P.

Reunião dos Diretores Diocesanos de Ensino Religioso

Por determinação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua reunião de Goiânia, julho último, ficara determinado que o ano de 1959 seria especialmente consagrado à obra catequética, em todo o Brasil.

O CELAM, em seu encontro de Roma, dezembro do ano passado, tratou particularmente dos problemas de catequese, mormente no que concerne a formação de professores

É a catequese assunto de tão grave importância que, desde o início, a CNBB constituiu uma comissão, hoje composta dos seguintes nomes: D. Alberto Gaudêncio Ramos, arcebispo de Belém do Pará, como presidente, D. João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte e D. José Newton de Almeida Batista, arcebispo de Diamantina.

Para coordenar os esforços, ficou assente em Goiânia que se efetuará um encontro dos Diretores Diocesanos do ensino de Religião do Brasil. Com efeito, marcou-se tal encontro para 23 a 27 de fevereiro, em Belo Horizonte, onde, no prazo estipulado, se reuniram os representantes oficiais de mais de 63 Dioceses e a que compareceram o Sr. Cardeal do Rio; D. Hélder Câmara; D. Alberto Gaudêncio Ramos, D. João Resende Costa, D. Agnello Rossi, D. José Eugênio Correia, D. Antônio Fragoso, D. Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena, D. Elizeu Simões Mendes e D. Antônio dos Santos Cabral.

Efetuaram-se as reuniões na Casa de Retiro S. José, dos Revmos. padres Redentoristas, construída num dos pontos mais elevados de Belo Horizonte, donde se desfruta bela paisagem.

Convidada a participar dos trabalhos pela Hierarquia, compareceu a Conferência nas pessoas do Revmo. Pe. Irineu Leopoldino de Souza, Secretário Geral e Irmão João de Deus.

Com duas sessões diárias, sempre presididas pelo Cardeal Câmara, eram os trabalhos assim processados: em assembléia geral, um expositor, previamente indicado, expunha a tese; dividiam-se os participantes em círculos de estudos que iam examinar a mensagem, em seus diversos aspectos doutrinários, metodológico, catequético, etc.; numa segunda assembléia geral, apresentavam-se as conclusões de cada círculo, que se tornavam então objeto de debates do plenário.

Dirigia os debates D. Hélder Câmara, com a habilidade de sempre.

Ficavam as discussões encerradas com a "mise au point" do Cardeal Câmara, sempre positivo, claro e sempre ouvido.

Iniciaram-se os trabalhos com um relatório sobre a situação do ensino religioso no Brasil, de que foi relator D. Hélder Câmara, Secretário da CNBB.

Para que se avalie a gravidade do problema, bastaria lembrar que dos 90% dos brasileiros católicos, somente 10% são atingidos, por enquanto, pela catequese.

São as principais causas desta situação: a falta de professores formados e ausência de organização e coordenação num empreendimento realmente comum.

Nessas jornadas, foram discutidas as seguintes teses:

Formação cristã: o que é: Relator: Cônego Isnaldo Fonseca;

Formação cristã: como conseguí-la: Relator; D. José Eugênio Correia;

O catequizando: criança e adolescente: Relator; D. João Rezende Costa;

O catequizado: adulto: Relator; D. Agnello Rossi;

Metodologia catequética: Relator; Cônego Marques;

Congregação de Doutrina Cristã: Relator; Mons. Álvaro Negromonte.

Findaram os trabalhos com votos, conclusões e sugestões, apresentadas por D. Helder, sobre como tornar eficiente a campanha catequética para o ano de 1959.

Dos temas apresentados, três particularmente chamaram a atenção dos ouvintes:

O Catequizando: Criança e adolescente, em que D. João Rezende Costa, num estilo simples, preciso e completo, sintetiza a finalidade catequética; propugnado uma catequese *viva e vitalizante*.

O catequizando: adulto — deu ocasião a D. Agnello Rossi de concentrar pensamentos-chaves em torno de um motivo. Chamou a atenção especialmente sobre a necessidade da catequese popular, mórmente para as populações rurais e suburbanas.

Congregação da Doutrina Cristã foi o trabalho de Mons. Álvaro Negromonte em que êle relembrou o preceituado do cân 711 § 2º., sobre a obrigatoriedade da existência da C.D.C. em tôdas as paróquias.

Para facilitar tal execução, êle apresentou um ante-projeto, partindo do plano paroquial para a unidade do plano diocesano, dentro da orientação geral do secretariado Nacional do Ensino Religioso da CNBB.

Foi especialmente louvada a ação do Pe. Joaquim Neto, autor de uma tese, por sua atividade apostólica, no setor catequético, em S. Paulo.

Como não podia deixar de ser, surgiram, de vez em quando, as eternas questões de métodos e livros, na formação catequética.

D. Helder destacou o grande papel dos Colégios Religiosos, na obra catequética, em todo o Brasil, afirmando que deveríamos deixar aos inimigos da Igreja, o denegrí-los.

A Conferência dos Religiosos se sentiu satisfeita ao ver que a Hierarquia lhe reconhecia a colaboração anterior, e a solicitava, mais ainda, se possível, mórmente no campo catequético.

Na verdade, desde a sua fundação, a Conferência se empenhou na formação de catequistas e como mais uma nova prova de sua colaboração com a Hierarquia, a esta prometeu fornecer este ano, 10.000 catequistas, no mínimo, preparadas pelas 500 Escolas Normais que as Religiosas mantêm em todo o Brasil.

No encerramento dos trabalhos, D. Helder, na qualidade de orientador dos mesmos; procedeu à leitura dos votos, conclusões e sugestões, aprovados pelo plenário.

Dentre êsses votos destacam-se:

1 — Voto de reconhecimento à CNBB pela proclamação do Ano Nacional Catequético (1959) de modo a todos fazerem o possível, para que tal iniciativa se transforme em fecunda realidade, tudo no plano paroquial e diocesano.

2 — A criação do Centro Catequético Nacional, com sede no Rio. Muito se alegraram com isso, os Diretores de Ensino Religioso.

Constituem esse Centro: um Secretariado Geral e uma Comissão Nacional.

Para o Secretariado Geral, foi designado pela Comissão Episcopal da CNBB, Mons. Álvaro Negromonte; representante da Hierarquia.

Os componentes da Comissão, integrantes do Centro Catequético, são: Conferência dos Religiosos, as religiosas do Instituto de Santa Úrsula, Congregação de Santa Dorotéia, as Servas da Santíssima Trindade e as Religiosas do Cenáculo.

3 — A intensificação ou fundação da Congregação da Doutrina Cristã, em tôdas as paróquias, conforme manda o cân 711, § 2.º de modo a enquadrar melhor a C.D.C. nos moldes do apostolado dos leigos, deixando ao pároco a direção e a responsabilidade supremas.

Um gesto de paternal interesse e deferência carinhosa foi a visita de D. Antônio dos Santos Cabral aos trabalhos da Assembléia. Recebido com todo o afeto, voltou reconfortado também para a sua casa de repouso.

A Conferência dos Religiosos exorta vivamente os colégios católicos a intensificarem a formação de catequistas e participarem, o mais possível, nos diversos movimentos de catequese da paróquia.

Iniciadas estas jornadas com a invocação ao Divino Espírito Santo, pelo canto do "Veni Creator", foram concluídas com solene Te Deum e a Bênção do Santíssimo, oficiados pelo Cardeal Câmara.

Irmão João de Deus, Marista

Falecimento do Superior Geral dos Padres do S.C.J.

Súbita e curta enfermidade levou à morte o Revmo. Padre Afonso Maria Lellig S.C.J., Superior Geral da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Eleito há quatro anos apenas para o supremo posto da Congregação, o falecido é o terceiro sucessor do Fundador e Primeiro Superior Geral da mesma, o Servo de Deus Padre Leão João Dehon, apóstolo da devoção ao Coração de Jesus no espírito de Amor e Reparação.

Digno imitador do Padre Dehon, Pe. Afonso Lellig, de paternal amabilidade, zêlo apostólico e virtudes provadas, deixa a Congregação no momento em que se preparava para a execução de vastos planos em todos os setores de atividades: religiosa, social, missionária, educacional... tôdas difundidas e ramificadas nos cinco continentes.

A doença colheu-o de surpresa quando fazia a Visita Canônica às Missões da África, em princípios de dezembro, e não lhe permitiu voltar às lides apostólicas, dado o seu falecimento no dia 13, às primeiras horas da manhã, em Roma.

Padre Afonso Lelling nasceu a 3 de abril de 1909 em Konz, na Alemanha. Obteve o bacharelado em Sittard, na Holanda. Os primeiros votos na Congregação emitiu-os em Luxemburgo (agosto de 1931) donde foi a Bendorf cursar filosofia. Concluiu os estudos de teologia em 1936, sendo então ordenado sacerdote em julho do mesmo ano. Em Roma alcançou láurea em Teologia pela Universidade Gregoriana, com grande distinção, em 1941. No ano de láurea foi convocado pelo exército alemão, servindo de enfermeiro até 1945, quando caiu pri-

sioneiro dos russos. Conheceu aí as rudezas dos campos de concentração soviéticos por 4 anos, na Letônia e nas minas de urânio da Tchecoslováquia. Evadindo-se para escapar à pena de morte, com muitos sacrifícios e ingentes perigos, chegou a Berlim após emocionantes peripécias.

Nomeado professor no Filosofado e Teologado em Friburgo (Alemanha) em 1949, um ano após é Superior da Casa e, em 1952, investido do cargo de Superior Provincial da Província Alemã. Finalmente, em 11 de janeiro de 1954, delegados de todos os países, reunidos no 13.º Capítulo Geral da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, em Roma, elegeram-no para o múnus de Superior do Instituto. Seu primeiro ato, gesto que cativou sobremodo os membros da Congregação, foi visitar tôdas as casas e encontrar-se com cada súdito. Esteve no Brasil em 1955, por ocasião do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Admirou a bela Capital Federal e impressionou-se com a piedade sincera de nosso povo. Nenhuma casa da Congregação foi esquecida.

Seu sorriso amável e seu coração paterno ficaram na lembrança dos que, com êle, trataram. Pôde ver de perto o desenvolvimento da Congregação no Brasil, certificando-se do que dissera muitos anos antes, em idêntica visita ao país, o Fundador Padre Dehon: "O Brasil é um país de muitas esperanças".

Deus achou que para Padre Afonso Lellig bastava o início de grandes realizações num cargo de muita responsabilidade. Chamou-o quando menos se supunha e quando muito dêle se esperava. Conformado aceitou a Vontade divina no espírito da Congregação pela qual grandes coisas deixou de fazer na terra para realizar no Céu.

Expansão da Obra Salesiana no Brasil

O último Capítulo Geral dos Padres Salesianos, realizado em julho do ano passado, determinou a criação, no Brasil, de mais uma Província ou Inspeção, com sede em Manaus, abrangendo tôda a região Amazônica. É uma província missionária. Seu primeiro Superior é o Pe. Miguel d'Avcrsa. No Sul, uma Visitadoria foi criada, com o nome de S. Pio X, e com sede no Colégio Dom Bosco, de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, abrangendo, com êste Estado, também o do Rio Grande do Sul. Seu primeiro Superior é o Pe. Alfredo Bortolini. As outras quatro Províncias Salesianas continuaram com sede no Rio de Janeiro, São Paulo, Campo Grande e Recife.

Os Irmãos Lassalistas com duas Províncias

No dia 24 de fevereiro p.p., por ocasião da visita do Superior Geral dos Irmãos das Escolas Cristãs (Lassalistas) ao Brasil, a então Província Brasileira dos Irmãos Lassalistas foi dividida em duas, assim organizadas:

Província de Pôrto Alegre — abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e tendo como Provincial o Rev. Irmão Francisco Alberto, com residência no Instituto São José — Canoas, RS.

Província de São Paulo — abrangendo os Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Estado do Rio, sendo Provincial o Rev. Irmão Agostinho Simão, com residência à Avenida Nazaré, 582 — Alto do Ipiranga — São Paulo.